

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Bacharelado em Ciência Política

DANIEL LORENZO GEMELLI SCANDOLARA

Estado Islâmico: Projeto de nação ou civilização?

Brasília

2017

DANIEL LORENZO GEMELLI SCANDOLARA

Estado Islâmico: Projeto de nação ou civilização?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília como exigência parcial
para obtenção do título de Bacharel em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Brasília

2017

*"Prometa-me que sempre se lembrará:
você é mais bravo do que acredita,
mais forte do que aparenta,
e mais inteligente do que pensa."*

A.A Milne

Agradecimentos

Este trabalho não é um fruto de uma ação individual, é um processo conjunto. Durante toda minha trajetória como ser humano, aprendi e cresci devido a diversas pessoas, cuja dedicação e carinho proporcionaram toda a felicidade que possuo hoje. Estas pessoas são meus pais, Zilda e Jaime, eternos parceiros, com os quais tenho uma dívida de gratidão infindável. Há sempre algo mais para agradecer a eles, e por isso lhes dedico este trabalho. Também dedico este trabalho a meu irmão, Lucas, cujo companheirismo transcende toda a questão simbólica da palavra, cuja simples existência sempre foi um apoio para minha própria. Agradeço, profundamente, a estas três pessoas por sempre estarem comigo, incessantemente. Além disso, não posso deixar de agradecer aos meus tios João Roberto Gemelli e Ivanice Barcellos Gemelli, que sempre me amaram e apoiaram desde meu primeiro choro, e que são, para mim, pais.

Agradeço ainda, de coração, ao meu orientador Paulo Nascimento, por ter acreditado no meu projeto, por ter me ajudado em todos os momentos de dúvida, por sua infinita disposição para ajudar o próximo. Serei eternamente grato por seu auxílio neste trabalho. Preciso, também, agradecer ao excepcional professor Virgílio Caixeta Arraes, que com uma paciência e atenção ímpares, dispôs de seu tempo para me indicar literaturas acerca do fundamentalismo islâmico. De semelhante generosidade foi meu amigo Gabriel Trivelino, que, em um ato de extrema ajuda, me presenteou com sua cópia de “O Mapa da Questão Nacional”, que eu custava a encontrar e que foi absolutamente decisiva para eu responder algumas questões deste trabalho. Por isso, a ele também agradeço muito.

Por fim, gostaria de dedicar este trabalho, também, à minha madrinha e tia Zelir Gemelli, a qual eu tenho absoluta certeza que ficaria incrivelmente orgulhosa de meu progresso como estudante. Além dela, preciso dedicar este trabalho a meus eternamente amados parentes Zeca Gemelli, José Scandolara, Guerina Scandolara e Maria Gemelli. Amo muito vocês.

Resumo

Este trabalho intenta solucionar a dúvida inerente quanto à natureza do Estado Islâmico, qual seria sua essência institucional: procura consolidar um projeto nacional por detrás da bandeira do Califado islâmico ou quer ir além disto, projetando uma ascensão civilizacional sobre o mundo islâmico? Para responder tal pergunta-chave destes escritos, utiliza-se a argumentação teórica proposta por Samuel Huntington acerca da ideia de civilização e por teóricos do nacionalismo e nação, como Benedict Anderson e Ernest Gellner. Além disso, a questão do ressentimento, trabalhada por Marc Ferro e Liah Greenfeld, é também lembrada neste trabalho, importante para a compreensão das intenções escusas do grupo.

Palavras-chave: Estado Islâmico, nação, civilização, nacionalismo.

Sumário

<u>1. Introdução</u>	7
<u>2. O fundamentalismo religioso e grupos extremistas</u>	8
2.1 O Fundamentalismo Religioso e o Fundamentalismo Islâmico.....	8
<u>2.2 Os grupos fundamentalistas islâmicos: Da Irmandade Muçulmana ao Estado Islâmico</u>	17
2.2.1 A Irmandade Muçulmana ou Sociedade dos Irmãos Muçulmanos..	17
2.2.2 O Hamas.....	19
2.2.3 O Hezbollah.....	23
2.2.4 O Boko Haram.....	27
2.2.5 A al-Qaeda.....	29
<u>2.3 O Estado Islâmico</u>	32
2.3.1 As origens e causas do Estado Islâmico.....	32
2.3.2 As características do Califado e a ideologia religiosa do EI.....	39
2.3.3 O Estado Islâmico à partir da proclamação do Califado, em 2014...45	
<u>3. A nação e a civilização</u>	46
<u>4. Conclusão</u>	54
<u>5. Referências Bibliográficas</u>	56

1. Introdução

O Estado Islâmico (EI) como um autoproclamado Califado em regiões do Iraque e Síria é um caso singular a ser estudado por diversos motivos. Primeiramente, como bem lembra Napoleoni (2016), o grupo islamista chegou aonde nenhum outro grupo desta natureza conseguiu chegar: a posse de um território de grande proporção. Mas este é apenas um dos diversos aspectos em que o grupo se difere de outras organizações islamistas, como a Al-Qaeda, por exemplo. Parece haver, por detrás de todo o discurso religioso fundamentalista do grupo, um genuíno projeto nacional e civilizacional, a ponto do Califado ser passível de análise sob uma óptica literária de nacionalismo e identidade nacional. Justamente por isso, busca-se aqui, perceber os pontos de contato da ideologia e ações EI com outros grupos fundamentalistas islâmicos que são ou já foram mais evidentes, mas também sinalizar até que ponto este Califado autoproclamado no Oriente Médio é um projeto de nação, uma propagação da ideia de “civilização”, proposta por Samuel Huntington (1997), ou uma mistura de ambos.

Deste modo, a primeira parte deste escrito dedica-se a uma rápida caracterização do fundamentalismo religioso, com enfoque no de natureza islâmica, remontando suas origens enquanto manifestação grupal e suas características básicas. Após isso, serão trabalhados aspectos históricos e ideológicos de grupos fundamentalistas islâmicos mais conhecidos, como a Irmandade Muçulmana; o Hamas; o Hezbollah; o Boko Haram; e a Al-Qaeda; para que seja possível fazer um paralelo posterior entre estes e o EI. Por fim, ainda nesta parte, mostrar-se-á os meandros do EI, sua história, ideologia, ações e aspirações.

Com esta primeira parte montada, a parte subsequente do trabalho foca-se em analisar tais aspectos do Estado Islâmico à partir de uma discussão teórica de autores como Benedict Anderson, Samuel Huntington, Marc Ferro, Ernest Gellner e Liah Greenfeld. Esta discussão é quem dá a base para sabermos até que ponto há um projeto de nação e civilização nas ações do EI.

Assumindo as conclusões teóricas dispostas à partir dos trabalhos de tais autores, pode-se chegar às conclusões procuradas por este estudo, e observar de que forma a natureza do EI tenciona ao enfoque civilizacional ou nacional. Desta forma, na conclusão destes escritos que a pergunta proposta por estes encontra uma solução aceitável.

2. O Fundamentalismo religioso e os grupos extremistas

2.1 O Fundamentalismo Religioso e o Fundamentalismo Islâmico

Nos dias atuais é um erro comum apontar o fundamentalismo como um fenômeno exclusivo do islamismo. Este tipo de interpretação, permeada por uma mistura de desconhecimento doutrinário e preconceitos, é facilmente refutada assim que decidimos dar uma olhada na história. Não é preciso pensar demais para percebermos a presença do fundamentalismo religioso não-islâmico ao longo dos anos em outras religiões e em nossa atual realidade. Entretanto, um olhar mais atento a esta situação nos ajuda a nos desvencilhar de qualquer tipo de contestação mal concebida e transviada das diversas religiões que permeiam o mundo.

O fundamentalismo religioso enquanto uma manifestação em grupo (que é o formato destacado neste trabalho) surgiu, nos Estados Unidos, em fins do século XIX, como uma reação à “teologia liberal”, corrente que vinha ganhando força dentro do cristianismo e que visava estabelecer um diálogo com a modernidade. Rejeitando veementemente este rumo de pensamento teológico, teólogos norte-americanos protestantes reuniram-se em 1895, em Niagara Falls, para fundamentar a ideologia do que seria a base do fundamentalismo que estava por vir. Vale lembrar, também, que estes teólogos possuíam, em sua maioria, raízes no puritanismo inglês e eram absolutamente conservadores. Assim, fica quase evidente notar que em suas origens o fundamentalismo era visto com uma conotação positiva (LIMA, 2011, p. 93-8; PANASIEWICZ, 2008, p. 05; TEIXEIRA, 2007, p. 15).

Deste modo, tais teólogos passaram a pregar a Bíblia como um livro impassível de várias interpretações, alertando para os perigos do método histórico-crítico defendido pelos teólogos liberais. Destarte, o cristianismo não poderia aceitar estas novas delimitações, uma vez que, na óptica dos protestantes norte-americanos, isto seria pôr em risco todas suas verdades defendidas secularmente. Como explica Panasiewicz, esta “moldura” de pensamento seria repetida e fomentada durante alguns anos, até que em 1909 foi publicado o primeiro volume de uma série de escritos que visavam solidificá-la. Esta série de volumes, que teve fim em 1915, foi nomeada “Os Fundamentos: Um Testemunho da Verdade” e é justamente tal título que passou a qualificar este movimento de protestantes norte-americanos como “fundamentalista” (PANASIEWICZ, 2008, p. 05).

“Os Fundamentos” previam, ao longo de seu delinear, nove pontos a serem respeitados, por seus crentes, com rigidez, de tal modo que simbolizavam verdades que, por possuírem

natureza bíblica, seriam livres de erros, e deveriam, também por isso, ser apenas aceitas. Deste modo, tudo o que está no livro sagrado, neste caso a Bíblia, deve ser simplesmente abraçado, sem contestações, já que é a palavra de Deus (PANASIEWICZ, 2008, p. 06). Aqui, fica evidente uma característica básica dos fundamentalismos em geral: a literalidade.

Existia, portanto, por detrás das ações dos automeados fundamentalistas norte-americanos um projeto hegemônico, e que ficou ainda mais evidente, relata Panasiewicz, quando o grupo, já articulado em associação (“Associação Mundial Fundamentalista Cristã”), tratou de intensificar sua agenda na sociedade norte-americana, entrando em conflito com a prática de ensino do evolucionismo nas escolas públicas. Um intenso debate foi criado em torno desta tentativa, no qual os fundamentalistas defendiam que o ensino nas escolas públicas norte-americanas deveria ser baseado no criacionismo, também defendendo a obrigatoriedade da oração nestes espaços (PANASIEWICZ, 2008, p. 06-07).

O simples relato que conecta a origem de grupos fundamentalistas ao cristianismo já nos auxilia a desmistificar um preconceito atual de que o fundamentalismo religioso seria intrínseco ao islamismo. Ora, o fundamentalismo religioso é uma visão particular de uma determinada doutrina religiosa, mas dificilmente ilustra o que a doutrina é em sua essência. Karen Armstrong (2009), em sua obra seminal “Em Nome de Deus”, denota muito bem isso, datando manifestações de fundamentalismo não somente no Islã, mas também no judaísmo e cristianismo, e corrobora com a tese de que ele possui raízes no protestantismo norte-americano.

Argemiro Procópio também ratifica a tese de que é um erro atribuir uma essência fundamentalista ao Islã, lembrando, assim como Armstrong e tantos outros, a emergência desse fenômeno em diversas religiões, inclusive naquelas apontadas como “pacíficas por natureza”, como o budismo. Para exemplificar ainda mais este fato, o professor nos conta um caso específico em que o grupo judaico Miutzan Elohim (Ira de Deus) vingava o assassinato dos atletas israelenses nos Jogos Olímpicos de 1972 escorando-se em justificativas provindas de escritos sagrados (PROCÓPIO FILHO, 2001, p. 70-1).

Elucidadas as origens do fundamentalismo religioso, enquanto manifestação grupal, fica cada vez mais necessário que percebamos quais seriam as características básicas daqueles que adotam tal postura. Antes, contudo, vale ressaltar que tais características não são exclusivas de determinadas religiões, na verdade, praticamente todos os grupos fundamentalistas, de

diversas religiões, possuem características semelhantes quanto sua filosofia, dadas as particularidades, obviamente, de cada doutrina.

Uma característica marcante dos diversos fundamentalismos –e que esteve absolutamente presente no relato acerca dos protestantes norte-americanos- é a literalidade. Aqui, a literalidade é entendida no sentido intrínseco do termo, ou seja, não se abre espaço para outra interpretação dos escritos sagrados, a não ser a interpretada pelos fundamentalistas. Portanto, há uma claríssima rejeição ao diálogo (PINTO, 1996, p. 116; TEIXEIRA, 2007, p.13-4; TEIXEIRA DA SILVA, 2004, p. 297). Este fator em si já nos mostra outra característica essencial do fundamentalismo religioso, que é a necessidade absoluta de existir um livro ou escritos sagrados, ordenador supremo das ações de seus adeptos. Deste modo, como bem lembra Pierucci (2006), é impossível haver fundamentalismo sem um livro sagrado.

Por conta desta inflexibilidade ao diálogo, os fundamentalismos têm uma perigosa potencialidade à violência, lembra Faustino Teixeira. Como se nota no caso do protestantismo norte-americano, há, nos diversos fundamentalismos, uma aversão significativa à modernidade e à tudo que esteja conectado à ela (como a ciência, a razão, etc). Eles também possuem uma forte capacidade de atração das massas, e justamente por isso, enfatizam e solidificam, categoricamente, uma noção de solidariedade grupal. Fato marcante também, diretamente ligado ao motivo de origem destes grupos, é que estes são, geralmente, uma reação a um processo de mudança na dinâmica social tradicional de suas localidades, existindo, assim, um sentimento de insegurança significativo em sua raiz. Nas palavras de Maria do Céu Ferreira Pinto, este processo de mudança é, especialmente, uma modernização imposta pelos Estados-Nações. Ou seja, estes grupos rejeitam a modernidade, mas são uma espécie de fruto desta (PANASIEWICZ, 2008, p. 02; PINTO, 1996, p. 116; TEIXEIRA, 2007, p. 13-4; TEIXEIRA DA SILVA, 2004, p. 296-7).

Enzo Pace e Piero Stefani (2002) atribuem quatro elementos básicos dos grupos fundamentalistas em geral. São eles: princípio da inerrância; princípio da astoriedade; princípio da superioridade; e primado do mito da fundação da identidade de um grupo. O primeiro princípio, da inerrância, versa sobre a perfeição do livro sagrado adotado pelo grupo, livre de erros e que deve ser totalmente aceito pelos seus seguidores. O princípio da astoriedade pressupõe que a verdade do livro deve ser mantida em seu formato original, sem alteração alguma, uma vez que os seres humanos seriam incapazes de interpretar e atualizar os escritos religiosos. O princípio da superioridade acredita que não há lei superior à lei divina e

que, por isso, o livro sagrado denota um molde de sociedade perfeita. Por fim, a questão do primado do mito da fundação da identidade de um grupo é uma postura abraçada pelos fundamentalistas, e que garante a coesão destes enquanto membros de um coletivo.

Não obstante, nota-se um problema quanto à filosofia por detrás do chamado princípio da astoricidade. Provavelmente, os autores, ao explicarem a natureza deste princípio, o faziam à partir da óptica que os próprios membros do grupo têm sobre a realidade. Como será visto mais à frente, este princípio não é tão rígido assim, uma vez que é gritantemente normal o fato de que os membros mais importantes destes grupos fundamentalistas fazem sua própria interpretação dos escritos e a propagam como literal. Contudo, entende-se a postura dos autores, uma vez que para os membros do grupo é invisível a realidade de que estão seguindo, na verdade, interpretações dos escritos sagrados.

Esta postura dos membros destacados fundamentalistas denota uma outra característica importante que geralmente permeia todos estes grupos: há a presença de um líder influente, por vezes associado à um espectro quase que messiânico, que dita os rumos do coletivo e é responsável pela interpretação da palavra divina. Não se sabe ao certo até que ponto estes líderes seriam clássicos *dominadores carismáticos* aos moldes weberianos, mas a sua presença é notável e especialmente aglutinadora. E não precisamos pensar muito para, rapidamente, lembrarmos de alguns personagens com tal característica: Jim Jones, Bin Laden, dentre tantos outros (PROCÓPIO FILHO, 2001, p. 76; TEIXEIRA DA SILVA, 2004, p. 297)

Vale lembrar ainda, que apesar de terem uma inegável propensão à violência, como já bem destacou Faustino Teixeira, não necessariamente estes grupos irão descambar para o terrorismo. Este parece ser, também, um entendimento comum mal colocado, no qual os grupos fundamentalistas religiosos seriam praticamente grupos terroristas. É evidente que muitos grupos fundamentalistas utilizam do terrorismo como arma política-ideológica, mas estes não simbolizam a generalidade de tais grupos, estando muito mais adequados à denominação terminológica proposta por Maria do Céu Ferreira Pinto, como “fundamentalistas radicais” (PINTO, 1996, p. 116; TEIXEIRA, 2007, p. 13).

É justamente neste espectro terminológico que transita Francisco Carlos Teixeira da Silva (2004). Ao elucidar algumas características dos grupos fundamentalistas, Teixeira da Silva parece tratar de caracterizar não propriamente os fundamentalismos em geral, mas sim os de cunho radical, e ainda mais especialmente os que utilizam do terrorismo como arma. Mesmo que não nomeie estes grupos como “terroristas” propriamente, e sim como

“fundamentalistas”, fica difícil acreditar que o autor considere como uma característica geral dos fundamentalismos o “culto à morte”, “a banalização da vida” ou o “descaso para com a dignidade humana”. Isto se aplica particularmente aos grupos fundamentalistas de cunho terrorista e que acreditam em martirização pós-suicida (TEIXEIRA DA SILVA, 2004, p. 296-7). Parece haver, portanto, uma rápida confusão terminológica nos argumentos do autor, que mal “rotulados” podem passar uma impressão contrária, ou menos específica, do que ele quer realmente tratar em seu estudo.

Demonstradas estas características mais gerais e essenciais dos diversos grupos fundamentalistas, é mais confortável “adentrar” especialmente o fundamentalismo islâmico, que carrega consigo vários destes aspectos, dadas algumas pequenas exceções e adaptações derivadas da doutrina islâmica. Contudo, antes de especificar-se a natureza dos grupos fundamentalistas islâmicos, é necessário que se faça uma rápida reconstrução histórica de suas formações.

Os grupos fundamentalistas islâmicos formam-se como reação a um processo imposto de modernização, aos moldes ocidentais, de seus Estados nacionais. Tal processo partiu diretamente dos governos locais destes países, muitas vezes sob influência direta de potências do Ocidente. Entretanto, também é passível de entendimento que as tentativas de ocidentalização do mundo islâmico já vinham desde meados do século XIII, com o colonialismo europeu. Deste modo, a luta não era apenas contra a mudança no núcleo de seus Estados, mas também contra a dissolução dos valores sociais tradicionalmente religiosos enraizados na vida pública e contra a secularização (ARMSTRONG, 2001, p. 219-220; PINTO, 1996, p. 116, TEIXEIRA, 2007, p. 18).

Deste processo notamos a influência direta no pensamento “anti-modernidade” que permeia tais grupos islâmicos, mas que também tem relação direta com o salafismo, movimento interno do sunismo, que prega o combate à modernização e à ocidentalização do mundo islâmico. O fato é que este processo modernizador e ocidentalizante foi particularmente intenso em países como a Turquia, através do governo Ataturk; o Irã, com a dinastia dos Xá - sobretudo na de Reza Pahlawi-; e no Egito (NAPOLEONI, 2016, p. 107; NUNES, 2015, p. 56, TEIXEIRA, 2007, p. 19).

Armstrong defende que a corrente grupal fundamentalista só passou a ser mais intensa no Islã em meados das décadas de 1960 e 1970, mas vale enfatizar, todavia, que desde 1928, a Irmandade Muçulmana, frequentemente considerada o primeiro grupo fundamentalista

islâmico datado, já se encontrava em atividade. E mesmo antes de 1960, uma porção destes grupos já se situava em atividade, como, por exemplo, o paquistanês Jamaat-i-Islami, de 1948, e o palestino Hizb ut-Tahrir, de 1953. Contudo, cabe à Irmandade Muçulmana o papel de destaque de ser aquele que pautou muito do conteúdo que posteriormente foi amplamente abraçado pelos grupos fundamentalistas islâmicos (ARMSTRONG, 2001, p. 219-220; MILMAN, 2004, p. 01; NAPOLEONI, 2016, p. 67; TEIXEIRA, 2007, p. 19).

Inegavelmente, uma das grandes causas da emergência do fundamentalismo no Islã está em tal processo modernizante, e é genuinamente política e social. Contudo, isto não exclui o fato dele ter emergido, também, com explicações e motivos religiosos. Mas antes, é possível ilustrar ainda mais tal levada reacional à modernização e ocidentalização dos países muçulmanos, bastando destacar a eclosão da Revolução Iraniana de 1979, por exemplo. Liderada pelo aiatolá Khomeini, o levante no Irã queria justamente a destituição da tirania corrupta e ocidentalizadora do Xá Pahlawi, tendo motivos amplamente políticos, mas também, fortemente religiosos. Esta revolução é apontada frequentemente como um ponto destacável de presença do fundamentalismo islâmico na história (AARÃO REIS FILHO, 2000, p. 03).

As explicações e motivos religiosos também se fazem presentes, sobretudo porque no entendimento clássico do Islã, diretamente ligado aos tempos do Califado, secularização é um termo absolutamente estranho. A autoridade do Califa, por exemplo, já era vista como a de um líder que aglutinava em seu agir tanto a liderança política quanto a religiosa. Somente para listar um grupo que exemplifica claramente o fato de que os argumentos políticos também eram religiosos, a Irmandade Muçulmana, por exemplo, declarava ser uma reação ao fim do califado turco em 1924 (ASSAR, 2013, p. 01-04; MILMAN, 2004, p. 01; WAINBERG, 2014, p.55-7).

Esta breve remontagem histórica clarifica o horizonte muito mais claro do por que da emergência destes grupos. Entretanto, vale notar que aqui se fala dos grupos mais primários do fundamentalismo islâmico, não significando, portanto, que tal lógica de formação aplica-se a todos os grupos, ainda que muitos deles levanten as mesmas bandeiras. Há grupos que se formaram, principalmente os mais recentes, por causas diferentes, sobretudo, porque vivemos tempos diferentes. A maioria dos grupos jihadistas, de natureza fundamentalista atuais, como a al-Qaeda ou o Estado Islâmico são resultados de uma configuração de país posterior à esta época relatada. Entretanto, basicamente todos estes grupos, seja a Irmandade Muçulmana, já

quase secular, sejam os mais recentes, como o EI ou o Boko Haram, nutrem uma aversão à modernidade, que tem, por sua vez, direta relação com este antigo contexto de ocidentalização dos países árabes. Destarte, esta é uma característica básica destes grupos: a modernidade, aos moldes ocidentais, é profundamente repelida.

Até aqui, a aversão à modernidade não é exclusiva do fundamentalismo islâmico, ela já vem desde a origem do termo, com os protestantes puritanos norte-americanos. Além disso, muitas das características gerais dos grupos fundamentalistas, já elencadas aqui, também se aplicam, absolutamente, aos de natureza islâmico. Além da repulsa à modernidade, a questão da literalidade (entendida como inflexibilidade de interpretação dos escritos sagrados); a aversão ao diálogo; a existência de um líder destacado; o entendimento dos escritos como perfeitos; a atração das massas; e a importância interna do coletivo; todos são fatores também ligados à natureza dos grupos fundamentalistas islâmicos.

As particularidades dos grupos fundamentalistas islâmicos, de maneira mais geral, residem em questões que estão interligadas ao Islã. Por exemplo, os grupos fundamentalistas islâmicos defendem a queda do direito instaurado em seus respectivos países, por ser este um sistema de leis ocidentalizado e que não remete aos valores islâmicos em sua integridade. No lugar deste direito, deveria ser implantada a lei islâmica (*sharia*), baseada no Corão, de forma integral, sendo esta o único fundamento da sociedade (PINTO, 1996, p. 116).

Vale novamente reiterar aqui que quando se fala de aversão à modernidade por parte do fundamentalismo islâmico, está se falando da modernidade ocidental. Estes muçulmanos vinculados a tais grupos possuem o seu próprio entendimento de modernidade, associada diretamente à religião. A própria imagem de Califado, por exemplo, é vista por muitos muçulmanos como uma época áurea do Islã, em que a comunidade islâmica prosperou territorialmente e culturalmente; ou seja, uma época de modernização. Então, é este tipo de modernização que têm em mente e anseiam (NAPOLEONI, 2016, p. 67; PINTO, 1996, p. 126-9).

Portanto, há uma notória antipatia interna ao Ocidente dentro nestes grupos, fato que está ligado diretamente à questão dos governos centrais pró-ocidente e do colonialismo europeu. Muito desta aversão, também, tem raízes em campanhas de potências ocidentais no Oriente Médio, que desenharam e redesenharam o mapa da região, gerando marcas severas nas sociedades islâmicas. Isto ficará ainda mais evidente quando aqui forem comentadas as origens de alguns grupos individualmente, mas, a origem do EI, por exemplo, está

diretamente conectada à campanha norte-americana no Iraque, no início dos anos 2000 (DAMIN, 2015, p. 27).

Contudo, não se pode deixar de lembrar também da questão do salafismo. O salafismo é uma espécie de ramo ideológico do sunismo, que por sua vez é uma das duas grandes correntes do Islã. O pensamento salafista foi abraçado por muitos grupos fundamentalistas islâmicos sunitas, especialmente os jihadistas (EI, por exemplo), e busca findar o atraso no mundo muçulmano, resgatando, assim as origens do Islã. Muito deste atraso é derivado das influências apóstatas do Ocidente no mundo muçulmano, e por isso o Islã deve ser purificado. Assim, rejeita-se a modernidade europeia e, sobretudo, a ocidentalização do mundo islâmico. Além disso, uma pauta presente no salafismo é a reconstituição da *Ummah Muslimah* (por vezes traduzida como “comunidade” ou “nação islâmica”), absolutamente ligada à ideia de Califado, e que professa a existência de uma única nação muçulmana sem distinções étnicas ou de classe (estes dois pontos são muito presentes na filosofia de grupos muito conhecidos, como o EI). Destarte, é possível atribuir parte da antipatia destes grupos ao Ocidente por conta do salafismo (ASSAR, 2013, p. 04; NAPOLEONI, 2016, p. 107; NUNES, 2015, p. 56; PINTO, 1996, p. 126-9).

Maria do Céu Ferreira Pinto (1996) apresenta uma terminologia, quanto à natureza de posicionamento destes grupos fundamentalistas islâmicos, que merece atenção. Segundo a autora, os fundamentalistas islâmicos dividem-se em dois grandes grupos: moderados e radicais. Os moderados são aqueles que ainda acreditam nas estruturas do Estado nacional que compõem, de tal modo que, para eles, a reislamização do mundo islâmico deveria ocorrer pela base, sem que se derrube, todavia, os governantes. Faz-se, destarte, pressão para que as reformas sociais sejam feitas por estes mesmos governantes. Os radicais, por sua vez, ignoram os moldes estatais estabelecidos, defendendo, diante disso, a ruptura total desta política, deste modelo de Estado. Ou seja, são revolucionários. Contudo, vai-se além, ambos se diferem em questão doutrinária, sendo os radicais muito mais severos em relação à flexibilidade do Islã (PINTO, 1996, p.116; 131).

Uma última característica mais geral, mas não absoluta, porém destacável, é que os grupos fundamentalistas islâmicos (belicosos ou não), em sua maioria, adotam o conceito de “jihad”. Geralmente, os que abraçam o conceito de jihad e o colocam em prática são nomeados “jihadistas”. Entretanto, o entendimento de jihad que estes grupos possuem não é estritamente fiel ao conceito presente no Corão. Na verdade, a jihad que estes professam é

uma reinterpretação de uma das partes do conceito presente no livro sagrado islâmico. O conceito de jihad não é simplesmente uma luta belicosa e na verdade o conceito vai além disto, estabelecendo que a jihad é uma luta tanto espiritual quanto militar. A chamada “jihad maior” é a de cunho espiritual, envolvendo um processo de luta individual cotidiana de cada muçulmano contra as tentações. Já a “jihad menor”, esta sim, prevê a luta material contra um inimigo, que pode ser defensiva, quando o Islã é atacado, ou ofensiva, de cunho expansionista. Contudo, vale ressaltar que a apenas a autoridade do califa podia permitir a jihad ofensiva, não sendo esta, portanto, algo de tão fácil consecução (PINTO, 1996, p. 132; NAPOLEONI, 2016, p. 97; PROCÓPIO FILHO, 2001, p. 70; NUNES, 2015, p. 56).

A grande questão, portanto, do por que da jihad ter passado a ser entendida com moldes não tão fiéis aos do Corão reside no fato de que os fundamentalistas, ao recuperarem tal conceito, lhe deram uma nova “roupagem”. Os grandes responsáveis por isso são Hassan al-Banna, fundador da Irmandade Muçulmana, e Sayyid Qutb, teórico proeminente da teologia do Islã e também membro da Irmandade. Estes dois passaram a professar que a jihad seria uma guerra obrigatória para todo muçulmano verdadeiro, uma vez que o mundo islâmico encontrava-se impuro e deveria ser reconvertido. Deste modo, se necessário fosse, o preço a ser pago poderia ser a própria vida (NUNES, 2015, p. 56, PINTO, 1996, p. 132).

Além do fato da reinterpretação do termo, é importante, aqui, percebermos que este é um exemplo do impacto que a Irmandade Muçulmana causou no entendimento do Islã. Muitas das pautas que viraram “básicas” dos grupos fundamentalistas islâmicos, moderados ou radicais, foram introduzidas pela Irmandade, a tal ponto de serem por vezes confundidas como sendo características intrínsecas destes movimentos.

No entanto, por mais que uma primeira olhada desatenta para a realidade destes grupos nos faça achar, a princípio, que estes são, em sua grande maioria, ideologicamente parecidos ou homogêneos, uma segunda constataria justamente o contrário. Como será bem explicitado na próxima seção deste capítulo, tais grupos comungam, geralmente, de alguns pontos em comum, mas são muito mais complexos do que aparentam, à ponto de não ser tarefa fácil atribuir características generalizantes a todos eles.

2.2 Os grupos fundamentalistas islâmicos: Da Irmandade Muçulmana ao Estado Islâmico

2.2.1 A Irmandade Muçulmana ou Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (*Jamiat al-Ikhwan al-Muslimun*)

A Irmandade Muçulmana é um grupo fundamentalista islâmico extremamente importante para o progresso do fundamentalismo islâmico ao longo dos anos. Fundada em 1928, no Cairo, por Hassan al-Banna, um professor egípcio, a Irmandade era uma espécie de reação ao colonialismo inglês presente no Egito, mas também um claro protesto ao fim do Califado turco, em 1924, declarado por Kemal Atatürk. Composta inicialmente por estudantes, artesãos, trabalhadores e pequenos comerciantes, a Irmandade tinha o objetivo de, em seu princípio, promover mudanças no âmbito social, abraçando apenas posteriormente a causa política (ASSAR, 2013, p. 03-04; MILMAN, 2004, p. 01).

Por ser um grupo quase secular, é difícil resumir a história da Irmandade em poucas linhas: ela vai desde a formação de um grupo anti-colonialista com um teórico líder nuclear, al-Banna; alcança uma expansão muito grande já em meados dos anos 30 e 40, totalizando 500 mil seguidores apenas no Egito; passa a ser ator direto na atuação política do país, travando lutas ferrenhas (por vezes violentas e terroristas) principalmente contra Gamal Abdel Nasser e, posteriormente, Anuar El Sadat (morto por coligados à Irmandade); e flutua entre a legalidade e a ilegalidade por vários anos. Não obstante, a Irmandade ainda é presente na realidade política egípcia, tanto que, em 2011, partiu dela o apoio principal ao candidato, (posterior presidente), Mohamed Morsi, no Egito pós-Mubarak. O governo Morsi foi desastroso economicamente e politicamente controverso e instável, falhas que foram, sobretudo, colocadas sobre os ombros da Irmandade. Resumidamente, a democracia no Egito, tão ansiada pelos egípcios que lotaram a praça Tahrir em 2011, não se consolidou e hoje o governo está, novamente, nas mãos dos militares, e a Irmandade na clandestinidade. Isto, contudo não exclui a ainda viva influência que o grupo tem no Egito e nos grupos fundamentalistas islâmicos (ASSAR, 2013, p. 03-13; MILMAN, 2004, p. 01-04; RODRIGUES, 2014, p. 50; 124-130).

Uma reconstrução histórica como a realizada acima, ainda que demasiada breve, nos é oportuna para ter-se uma noção da influência, poder e dimensão que este grupo já possuiu e ainda possui, em menor escala. A importância da Irmandade, sobretudo, está nos valores que esta pregava e ainda prega, que foram fulcrais para o entendimento do fundamentalismo

islâmico enquanto manifestação grupal. A filosofia do Islã propalada pela Irmandade foi tão importante que comumente confunde-se com as próprias características do fundamentalismo islâmico.

Pode-se, assim, listar algumas das pautas e crenças da Irmandade, desde sua criação. Primeiro, a Irmandade já defendia, desde seus primórdios a volta do Califado. Este pensamento não é raro no fundamentalismo islâmico, na verdade, é pauta de muitos grupos fundamentalistas ao longo da história. A Irmandade associava a volta do Califado como uma resolução dos problemas do Islã, o que resgata, também, o conceito de *Ummah Muslimah*. Na verdade, a própria Irmandade foi uma reação ao fim do Califado turco. Lembrando que o Califado é associado a um período áureo do Islã, não somente religiosamente falando, e isto é muito presente no imaginário destes grupos (ASSAR, 2013, p. 03-13; MILMAN, 2004, p. 01-04).

Segundo, a rejeição ao colonialismo, assim como às ideias e valores ocidentais, postavam-se no espectro ideológico da Irmandade. Além do que, como vimos na seção anterior, a rejeição ao colonialismo e à influência ocidental flutuam marcadamente no imaginário fundamentalista islâmico, e nos tempos da eclosão da Irmandade não era diferente. Isto incluía, portanto, que absolutamente todas as instituições do Ocidente no mundo árabe tivessem que ser rejeitadas, expulsas e abolidas. Neste espectro, aliás, vale ressaltar que o fim do Estado de Israel também sempre foi uma pauta dos Irmãos Muçulmanos. Terceiro, a ideia de resgate da pureza do Islã também era um ideal profundamente difundido pela Irmandade, o que é algo que está intrinsecamente ligado à natureza sunita salafista do grupo (ASSAR, 2013, p. 03-13; MILMAN, 2004, p. 01-04).

Quarto, atribui-se à Irmandade a introdução do ideal de sacrifício pela causa na luta islâmica contra uma agenda considerada adversária, o que está diretamente conectado com o fato do grupo, através de al-Banna e Qutb, ter repaginado o conceito de jihad. Deste modo, a ação terrorista ganha destaque quanto forma de reivindicação, possuindo a Irmandade, inclusive, um núcleo específico para organizar atentados e assassinatos. Um quinto fator é o fato da Irmandade sempre ter incentivado o assistencialismo islâmico, como a construção de escolas e hospitais, fato tal que também passou a ser explorado por outros grupos fundamentalistas islâmicos, já que a simpatia dos muçulmanos é necessária para a coesão do grupo. E por falar em estreitar relações com a massa de muçulmanos, vale lembrar que desde seus primórdios, a Irmandade já nutria um programa de difusão nos meios de comunicação modernos,

utilizando-se, também, de tecnologias para propagar sua ideologia (ASSAR, 2013, p. 03-13; MILMAN, 2004, p. 01-04).

Por fim, podemos adicionar mais um sexto fato, diretamente conectado com a terminologia de Maria do Céu Pinto de “fundamentalistas radicais”: a Irmandade tinha uma natureza absolutamente revolucionária. Ou seja, o poder político deveria ser tomado à força, por meios revolucionários, rompendo totalmente com o Estado árabe ocidentalizado (ASSAR, 2013, p. 03-13; PINTO, 1996, p.116; 131).

A Irmandade continua a trabalhar ao redor do mundo, nutrindo, desde a década de 30, filiais pelo Oriente Médio, tendo, por exemplo, atuação na atual Guerra Civil Síria (EL-AWAISI, 1998; PIRES, 2013, p. 24). Todas estas características, pautas, crenças ou ideologias, foram aproveitadas ou adaptadas pelos grupos fundamentalistas islâmicos posteriores, algo que ficará bem mais claro nas próximas seções deste mesmo capítulo, e é justamente por isso que reside a importância da Irmandade em toda esta discussão.

Sendo assim, vamos falar de dois grupos que, apesar de adotarem correntes conflitantes do Islã, familiarizam-se por uma causa maior, lembrada desde os tempos da Irmandade, mas não defendida apenas por conta da Irmandade, e sim por conta de uma história que vai além dela. Além disso, são marcados por promover o assistencialismo islâmico, como previsto pela Irmandade, dentre outras coisas lembradas pela Sociedade dos Irmãos Muçulmanos. São eles: o palestino Hamas e o libanês Hezbollah.

2.2.2 O HAMAS (acrônimo de *Ḥarakat al-Muqāwamat al-Islāmiyyah* ("Movimento de Resistência Islâmica"))

Esta seção, destinada a elucidar a ideologia do Hamas, que possui particularidades e pontos de contato com os ideais do fundamentalismo islâmico, começará aos mesmos moldes da anterior: uma breve remontagem histórica dos fatos que antecederam o Hamas será feita, o que construirá uma ponte bastante oportuna para que se explique o próprio Hamas. Contudo, vale ressaltar que não será possível, neste trabalho, elucidar toda origem das animosidades entre israelenses e palestinos, apenas serão pontuados alguns momentos-chaves desta história.

Deste modo, pode-se iniciar esta seção voltando ao ano de 1937, época em que já existiam atritos consideráveis entre árabes e judeus na região palestina. Neste ano, o governo da Grã-

Bretanha enviou uma comissão, liderada por Lord Peel, com o intuito de trazer uma espécie de negociação, entre os dois lados, e que visava a resolução da situação. Sendo assim, a comissão Peel propôs um acordo que ratificava a ideia de criação de dois Estados na Palestina: um seria árabe, aglutinando a Transjordânia e literalizando 80% do Mandato original palestino; e outro judeu, que seria delimitado pelos 20% restantes da região (ZAUERUCHA, 2011, p. 25-6).

Esta tentativa de partilha foi aceita pelos judeus, porém rechaçada pelos árabes. Dois argumentos básicos foram elucidados pelos árabes para justificar sua recusa ao acordo: um de natureza política e outro de natureza religiosa. Sobre a figura do Mufti (acadêmico religioso que possui a capacidade de interpretar a sharia) Hajj Amin al- Husseini, líder religioso dos árabes palestinos, sustentou-se o fato de que, por ser uma religião, o judaísmo não necessitava de um território, e portanto o fato de ser judeu não seria motivo suficiente para uma concessão de terras a este povo. Além disso, reiterou-se o fato da Palestina ser uma terra *wakf*, sagrada, e por isso impassível de ser repartida com quaisquer outros povos, ainda que minoritariamente. Estes dois argumentos são deveras importantes para entendermos a situação palestina porque são estes, justamente, o fulcro do problema que envolve a questão da partilha palestina. Mas, além disso, são ainda mais importantes porque são dois argumentos agregados à ideologia do Hamas e que fomentam sua ação (ZAUERUCHA, 2011. p. 26; 40).

Em 1947, a ONU, guiando-se por uma interpretação simplista do contexto histórico, cultural, religioso da região, arbitrariamente, através da Resolução 181, decretou a criação de um Estado judeu e de outro Estado Árabe na região. Tal divisão não foi aceita pelos Estados árabes e logo de cara a Guerra de Independência Árabe-Israelense começou. O resultado foi que aquilo que seria o Estado árabe na Palestina foi retalhado entre Egito, Israel e Jordânia. Com a emergência da posterior Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel, ampla vencedora, retomou pontos estratégicos, como Gaza e a Cisjordânia, e sagrados, como Jerusalém, que desde 1948 estava em mãos jordanianas. Apenas em 1993, com os Acordos de Oslo, e após toda a grande violência gerada na Primeira Intifada, que Israel concedeu à OLP (Organização para a Libertação Palestina), o domínio de Gaza e da Cisjordânia, que ficaria, assim, sobre a “batuta” da chamada Autoridade Palestina. Mas vale ressaltar que as tropas israelenses não foram retiradas de imediato; no caso de Gaza, por exemplo, a retirada integral só ocorreu em 2005 (ZAUERUCHA, 2011, p. 27-38).

O Hamas, em seus primórdios, era uma espécie de braço da Irmandade Muçulmana na Palestina. Em 1973, o que seria um embrião do Hamas foi estabelecido em Gaza, por parte do Sheikh Ahmad Yassin, ao ser nomeado o homem responsável por estabelecer um centro para as atividades da Irmandade na região. Este centro foi uma espécie de “núcleo” do Hamas, que no eclodir da Primeira Intifada, em 1987, foi designado como um braço político da Irmandade na resistência à ocupação israelense em Gaza. O grande líder espiritual, tão presente neste tipo de organização, foi justamente o Sheikh Ahmad Yassin, o responsável por estabelecer o centro dos “Irmãos” em Gaza. Entretanto, vale ressaltar que havia outros líderes também (PASSIA, 2013, p. 07).

Contudo, em 1988, o Hamas, predominantemente sunita, emitiu sua própria carta de existência, declarando-se como um grupo independente, lembrando que a integridade palestina enquanto uma terra *wakf* deveria ser respeitada, e conclamando uma jihad contra Israel. Deste modo, a luta do Hamas passou a ser muito mais nacionalista, entrando em choque com a filosofia da Irmandade de busca por um Islã mais universal. Vale ressaltar que Israel, de início, tolerou a existência do Hamas, vista como uma contrabalança à liderança de Yasser Arafat e seu Fatah. Contudo, já na Primeira Intifada, o Hamas passou a agir militarmente contra Israel (ABU-TARBUSH, 2005, p. 89-94; NAPOLEONI, 2016, p. 48; PASSIA, 2013, p. 07; ZAVERUCHA, 2011, p. 37).

À respeito de sua ideologia, o Hamas advoga dos argumentos antigos proferidos pelo Mufti Husseini, ou seja, tudo que corresponde à Palestina deve ser respeitado, unindo Gaza e a Cisjordânia, que se encontram em dois extremos territoriais desconexos. Sendo assim, a pauta política do Hamas é a destruição do Estado de Israel. A luta do Hamas é política, possuindo um cunho nacionalista claro de estabelecer a Palestina, e não uma *Ummah*, uma grande nação islâmica. Seu opositor clássico, o Fatah, também é nacionalista e é muito menos rígido religiosamente que o Hamas, a ponto de aceitar até cristãos em sua causa. O Hamas tem uma essência fundamentalista, uma vez que refuta totalmente o diálogo, seja com o Ocidente ou com Israel, e além de pregar o extermínio de Israel, quer também o fim do povo judeu. Assim, a jihad é sua arma, bem aos moldes estabelecidos por Qutb e al-Banna, mas não só contra os judeus, também contra os cristãos (ZAVERUCHA, 2011, p. 29-41).

A Carta de Princípios do Hamas clarifica outro traço fundamentalista do grupo, o da literalidade. Há passagens nesta carta que citam passagens do Corão, que se levadas ao pé da letra e adequadas à causa do grupo, são combustível para a ação do Hamas. Ainda assim,

seguindo ainda a lógica da literalidade, o Hamas, através das afirmações presentes em sua Carta, admite que a sua interpretação seja literal das passagens corânicas, e assim sendo, impassível de outras interpretações. Além disso, este mesmo documento atribui o fim do Califado turco aos judeus (ZAVERUCHA, 2011, p. 43-5).

Vale ressaltar também que, para o Hamas, a *sharia* (lei islâmica) deve imperar no futuro Estado palestino, em mais um ponto de contato com a doutrina fundamentalista islâmica. Além disso, o grupo parece enquadrar-se dentro do espectro de fundamentalistas radicais, lembrado por Maria do Céu Pinto (1996). Também se move na figura de um líder, contudo, menos “messiânico” do que o fundamentalismo usualmente defende, mas que é, ainda assim, um líder, com maior destaque a Ismail Haniyeh, símbolo de autoridade e respeito entre seus coligados, que agem a propagar o espírito coletivo, tão importante nos fundamentalismos. Mas vale lembrar que, assim como na primitiva formação do Hamas, a liderança do grupo não é centralizada em apenas uma pessoa. Assim como antigamente previsto pela Irmandade Muçulmana, o Hamas utiliza-se do terrorismo como instrumento estratégico de sua jihad, e é considerado um grupo terrorista por países como os EUA e por entidades como a União Europeia. Por fim, ainda na esteira do que desde muito tempo foi proposto pela Irmandade e que foi muito usado por diversos grupos islâmicos, o Hamas tem um centro focado, dentre outras ações, a promover a caridade aos palestinos de seu território (PASSIA, 2013, p. 02-12, PINTO, 1996, p.116; 131).

Atualmente, o território palestino é controlado por duas facções diferentes: Hamas, que domina Gaza, e Fatah, que domina a Cisjordânia. Esta configuração, já geograficamente conturbada (Gaza fica em uma ponta da região palestina e a Cisjordânia na ponta oposta), estabeleceu-se depois que ambas as milícias travaram uma guerra, em 2007, conhecida como Batalha de Gaza, e que, ao seu final configurou este arranjo de poder na Palestina. O estopim disto tudo foi a vitória do Hamas nas eleições parlamentares de Gaza, em 2006, fato mal aceito pelo Fatah (PASSIA, 2013, p. 02-03; ZAVERUCHA, 2011, p. 36-8)

A Batalha de Gaza e suas consequências foram decisivas para dinamitar o que restava de relações entre estes dois grupos, e somente dois anos depois, em 2008, iniciaram-se tentativas de reconciliação, e que perduram até hoje, mas sem um horizonte realmente concreto de reintegração palestina (PASSIA, 2013, p. 13-5; ZAVERUCHA, 2011, p. 36-8).

2.2.3 O HEZBOLLAH (*Hizbu-'llāh* - “O Partido de Deus”)

O Hezbollah pode ser considerado um dos grupos fundamentalistas islâmicos mais complexos em atuação. Ele possui mais particularidades em sua doutrina -talvez por conta de ser xiita- e em sua história do que muitos grupos fundamentalistas islâmicos vistos por aí. Entretanto, é também um dos grupos mais fortes, tendo uma estrutura diferente, e um apoio financeiro de países específicos que lhe dão um belo fôlego em sua causa.

O Hezbollah, ou Partido de Deus, foi formado no Líbano, em 1982, por xiitas contrários à campanha de ocupação israelense no sul do país, que, por sua vez, visava acabar com uma base de operação de militantes palestinos estabelecidos em tal região. Algumas análises também apontam o Hezbollah como um fruto posterior de alguns acontecimentos históricos: a Guerra Civil Libanesa de 1975; o sumiço do líder religioso xiita (imame) Musa al-Sadr, em 1978, quando este viajara à Líbia de al-Gaddafi; a volta de uma leva de estudantes e clérigos xiitas, regressos do Iraque, ao Líbano, nos anos 70; e, por fim, a eclosão da Revolução Iraniana de 1979 (NAVARRO, 2015, p. 03-04).

O fato é que o embrião do Hezbollah estava em milícias xiitas que se separaram do movimento Amal (criado por al-Sadr), até então o líder dos xiitas no Líbano, assim que a ocupação israelense em território libanês se iniciou. Estas milícias xiitas que se desprenderam do Amal acreditavam que seria necessária uma resposta militar à invasão dos israelenses no sul do Líbano e defendiam, também, que deveria ser criado um Estado islâmico no Líbano aos moldes do iraniano. Assim surgiu o al-Amal al Islamiya, que foi o grande embrião do Hezbollah. Vale lembrar, também, que estes xiitas que se organizaram para a criação do al-Amal fizeram parte de um programa de treinamento militar, educação religiosa e recrutamento, proposto pela Guarda Revolucionária Iraniana no Líbano, no começo dos anos 80 (NAVARRO, 2015, p. 03).

Assim, sempre muito ligado ao Irã, o Hezbollah desde seus primórdios absolutos já tinha conexão com a teocracia iraniana. A conexão Irã-Hezbollah sempre foi tão forte que há uma leva de estudiosos que acreditam que a formação do Hezbollah partiu diretamente do Irã, que naquela época, meados dos anos 80, visava expandir sua Revolução para o mundo islâmico, sendo o Líbano um local extremamente adequado para isso, dado seu forte xiismo e por ser habitual refúgio de líderes iranianos revolucionários. Entretanto, esta versão de entendimento histórico nunca pôde ser comprovada (NAVARRO, 2015, p. 03-04).

Em 1985, o Hezbollah lançou seu manifesto fundacional, no qual evidenciava as principais diretrizes e crenças do grupo. O grupo declarou, neste manifesto, ser anti-Israel, defendendo, com veemência, a extinção deste país, e que seria de seu cunho tratar de destruí-lo. Vemos aqui, logo de cara, uma característica não tão incomum nos grupos fundamentalistas islâmicos, que é a aversão a Israel, e que no caso do Hezbollah está muito vinculada ao fundamentalismo islâmico iraniano. Contudo, a aversão a Israel pode ser conexa a motivos nacionalistas, motivos anti-sionistas ou anti-semitas, motivos referentes ao fato do país ocupar parte da chamada região do Levante, ou por ser um histórico aliado norte-americano; para listar alguns. O fato é que os grupos fundamentalistas islâmicos nem sempre possuem aversão à Israel pelos mesmos motivos (NAVARRO, 2015, p. 07).

Continuando, o manifesto defendia, além da destruição de Israel, a absoluta recusa de diálogo com os judeus, denotando uma segunda característica fundamentalista do grupo: a negação do diálogo. Além disso, o manifesto expressava a natureza anti-colonialista do grupo, que reivindicava a expulsão não só de Israel, assim como da França e dos Estados Unidos, do Líbano. Aliás, o Hezbollah possui uma clara aversão aos EUA, por condenar sua histórica política imperialista no Oriente Médio. Por fim, o manifesto expressava toda sua admiração e apoio ao aiatolá Khomeini e conclamava o surgimento de um regime islâmico no Líbano (NAVARRO, 2015, p. 07).

O fato do Hezbollah objetivar a ideia de instauração de regime islâmico no Líbano não reflete cruamente o semelhante ideal de outros grupos fundamentalistas, uma vez que os xiitas não creem em Califado (este faz parte de um espectro interpretativo do Islã sunita) e sim em Imamato. Além disso, possuem severas ressalvas quanto aos moldes da *Ummah* propagada pelos sunitas. Entretanto, dadas estas diferenças importantíssimas decorrentes de diferença de credo, o Hezbollah também defende, como tantos outros grupos fundamentalistas islâmicos, que este regime islâmico a ser instaurado no Líbano deveria ser regido mediante a sharia (lei islâmica), o que é absolutamente óbvio se lembrarmos que a teocracia iraniana é inspiração absoluta para o Hezbollah (MUÑOZ, 2005, p. 39; SELA, 2002, p. 822-836; WAINBERG, 2014, p. 57).

Para se falar de outra característica que envolve fundamentalismo islâmico (de cunho jihadista) adotada pelo Hezbollah, é necessário, primeiro, brevemente expor como o grupo se divide, o que é, em si, também uma característica. O Hezbollah divide-se em quatro esferas: ele é um partido político, uma milícia de resistência (sobretudo na época da ocupação

israelense), uma organização terrorista (inclusive assim considerada pelos EUA e União Europeia) e uma organização social. Esta estrutura quádrupla permite com que o Hezbollah alcance uma gama de atuação bastante significativa no Líbano e no Oriente Médio, sendo considerado, sobretudo por sua atuação social, um Estado dentro de um Estado (NAVARRO, 2015, p. 03).

Feito este adendo, podemos conectar o fato do grupo ter uma natureza terrorista, quase sempre direcionada ao Estado de Israel, com os outros grupos fundamentalistas islâmicos radicais já comentados aqui, que utilizam do mesmo artifício para reivindicar suas pautas na luta por sua causa. Além disso, diretamente relacionado com isso, podemos lembrar que o Hezbollah possui um subcomité direcionado apenas à jihad, entendida por eles aos moldes estabelecidos por al-Banna e Qutb. Portanto, o grupo professa um ideal fundamentalista islâmico de ação que vem desde os tempos da Irmandade, fato que denota mais um ponto de contato do grupo com vários grupos fundamentalistas islâmicos (NAVARRO, 2015, p. 10-11).

Além disso, o Hezbollah também possui um líder, que, desde 1993, é Hassan Nasrallah, sucessor de Abbas al-Musawi, co-fundador do grupo e morto por forças israelenses. Contudo, apesar de ser religioso, Nasrallah está conectado muito mais ao âmbito de ação política, sendo o secretário-geral do grupo, o que não lembra muito bem a ideia de autoridade religiosa e guiadora presente nas características básicas destes fundamentalismos. Parece, entretanto, que tal autoridade existe no permear do grupo, porém esta não seria um membro direto do Hezbollah. Trata-se, portanto, do aiatolá iraniano (atualmente Khamenei), que seria o grande guia espiritual e religioso dos membros do grupo libanês. Pode-se concluir isto à partir do próprio manifesto difundido pelo grupo, que jurava lealdade e apoio a Khomeini, e também do fato de que os valores propalados por este mesmo manifesto ainda guiam, em sua gênese, a organização nos dias de hoje (NAVARRO, 2015, p. 07-11).

Outra característica do Hezbollah é que este também carrega em sua ideologia a importância de passar sua mensagem. Por isso, o grupo nutre um programa de comunicação afiado, possuindo até uma cadeia de televisão por satélite própria, transmissora das mensagens do grupo, geralmente anti-israelenses e anti-semitas. O grupo ainda possui uma estação de rádio e uma revista. Como se lembra, desde a época da Irmandade, havia uma preocupação de propagar uma mensagem em meios de comunicação, não sendo, portanto, isto uma ação singular do Hezbollah, diversos grupos assim o fazem. Além disso, outra característica do

Hezbollah é que este realiza diversas ações sociais, possuindo redes de escolas e de clínicas, além de prover a segurança local de suas localidades, tentando compensar os efeitos colaterais de suas ações militares. Vê-se, novamente, a característica de promover o assistencialismo social por parte destes grupos, para garantir, ao mesmo tempo, uma coesão grupal e uma aceitação popular. Por isso, o grupo conta com um apoio social importante, inclusive de cristãos (NAVARRO, 2015, 09-15; 19-20).

Como já se pode perceber ao longo desta seção, o Hezbollah possui forte apoio iraniano, provindo do Irã grande parte do financiamento do grupo. Há a estimativa de que os iranianos repassem, anualmente, entre 100 e 200 milhões de dólares ao Hezbollah, sem contar com as doações que o grupo recebe, também, da Síria (outro aliado histórico), e de xiitas (libaneses ou não), favoráveis à sua causa. Justamente por serem aliados históricos, o Hezbollah tem atuado na guerra civil síria como frente à al-Nusra (grupo que defende a queda de Assad) e ao Estado Islâmico (NAVARRO, 2015, p. 03; 12-15; 17-23).

Evidentemente, o grupo possui relações com o Hamas, apesar de adotarem correntes diferentes do Islã. O Hezbollah tende a cooperar com o Hamas, seja financiando-o ou armando-o. Além disso, em 1992, estes dois grupos, juntamente com o Irã, firmaram um acordo de cooperação mútua, tanto que, em 2002, foi divulgado o envolvimento iraniano no lançamento de foguetes a Israel, através do Hamas, que havia tido, por sua vez, disposto alguns membros seus a treinamento por parte do Hezbollah, em terras iranianas. Um fato curioso e surpreendente sobre o Hezbollah é que este possui alianças com algumas milícias cristãs, algo absolutamente conflitante com uma ideologia fundamentalista islâmica mais severa, e, além disso, alimenta milícias xiitas que recrutam não-xiitas, desde que estes estejam dispostos a ajudar na causa anti-Israel (NAPOLEONI, 2016, p. 48; NAVARRO, 2015, p. 18; 23).

Atualmente, Israel e o Hezbollah estão posicionados em uma situação menos propensa à violência, por assim dizer. Contudo, isto não exclui possíveis atritos violentos futuros, já que nenhum dos dois vai tolerar represálias. Mesmo com a eclosão da guerra entre os dois em 2006, que causou grande destruição e violência, nos dias de hoje ambos os lados estão avaliando mais cuidadosamente os custos e as perdas que ataques podem significar. Sendo assim, muitos analistas avaliam que a volta a uma situação como a de 2006 seja remota. Contudo, enquanto nenhum dos lados declara uma paz verdadeira, nunca deixará de existir o perigo da eclosão de novas ondas de violência (NAVARRO, 2015, p. 24).

Com a situação com Israel nesta espécie de *stand-by*, o Hezbollah tem se focado, hoje, em atuar na Guerra Civil Síria, apoiando o regime Assad contra inimigos como al-Nusra e EI, para que este histórico aliado não caia, e em manter seu status, ainda forte, no Líbano (NAVARRO, 2015, p. 17-23).

2.2.4 O BOKO HARAM (*Jama'atu Ahlis Sunna Lidda'awati wal-Jihad* - “Pessoas Dedicadas aos Ensinaamentos do Profeta para Propagação e Jihad”).

Nesta seção, passa-se a analisar um caso de grupo fundamentalista islâmico localizado na África subsaariana, e que tem causado repercussão atual alta, a ponto de ser considerada uma das organizações, desta natureza, mais evidentes: o Boko Haram.

Antes de se elucidar a história e os valores do Boko Haram, é importante frisar que isto não é tarefa fácil. O grupo é extremamente fechado e cuidadoso quanto ao sigilo de sua organização e estrutura, de tal modo que há muito pouco material disponível a seu respeito, e as informações sobre sua natureza muitas vezes encontram dificuldades para serem verificadas. Além disso, desde sua formação, o Boko Haram já passou por diversas transformações, fazendo com que seja ainda mais difícil defini-lo (WALKER, 2012, p. 07-08).

O Boko Haram é originário da cidade nigeriana de Maiduguri e foi oficialmente formado em 2002, sob a liderança de Mohamed Ali, que conseguiu, ainda nesta época, trazer alguns outros grupos islâmicos para sua causa de formar uma comunidade separatista, regida pela doutrina islâmica, na Nigéria (PALADINI, 2014, p. 02-03).

Vale ressaltar, todavia, que o grupo foi claramente inspirado no extinto grupo islâmico nigeriano Maitatsine, de 1980, que era agressivo frente ao papel do Ocidente na Nigéria e das próprias autoridades nigerianas, sendo pioneiro na tentativa de imposição de uma ideologia de cunho religioso em solo nigeriano (PALADINI, 2014, p. 02-03).

Em 2003, após confrontos com a polícia, diversos dos membros originais foram mortos, inclusive seu líder fundador, Ali. Contudo, o grupo não deixou de existir, e sob a nova liderança de Mohammed Yusuf, defensor de uma leitura rígida da lei islâmica, espalhou sua ideologia para outras regiões da Nigéria, logrando apoio das populações locais através de assistencialismos sociais concedidos por parte de seus coligados. Em 2009, o grupo entrou em uma nova espiral de violência contra a polícia nigeriana, perdendo novos membros e,

novamente, seu líder. Sabe-se que quem tomou o posto de líder do grupo, após a morte de Yusuf, foi Abubakar Shekau, que mantém tal posição até os dias de hoje, e que ficou especialmente conhecido por intensificar as represálias de cunho violento, por vezes terroristas, às autoridades e população nigerianas (PALADINI, 2014, p. 03).

Mesmo com estes embates e baixas no transcorrer de sua história, o grupo soube se manter vivo e em 2011 já se configurava como uma força significativa em solo nigeriano. Neste ano, especialmente, a organização firmou relações com a al-Qaeda, constante financiadora do grupo (junto com o somaliano al-Shabaab), fato que ampliou sua atuação. Atualmente, o grupo controla regiões da Nigéria e exerce influência e ações em países como Níger, Somália, Sudão e Camarões (PALADINI, 2014, p. 03-04).

O fato é que o Boko Haram é fruto de diversos problemas políticos e sociais nigerianos, tais como corrupção, falta de assistência à população, pobreza. Sem contar, também, a desorganização étnico-social causada pela modelação arbitrária das potências europeias à Nigéria. Contudo, são justamente estes problemas presentes na Nigéria que fundamentam os discursos do grupo, proclamado como o possível solucionador das mazelas que afligem a sociedade nigeriana. Assim, o Boko Haram seria o antídoto para os problemas nigerianos e sua governança seria estabelecida à partir da implantação de um Estado Islâmico (PALADINI, 2014, 01-05).

Sendo assim, já podemos perceber que, dada as particularidades de caso, o Boko Haram tem algumas semelhanças com os grupos fundamentalistas islâmicos, por aí afora. Ele visa a implantação de um Estado Islâmico na Nigéria, cujo modelo seria justamente o que o grupo vêm adotando nas localidades que controla: império absoluto da sharia, que deve ser acompanhada de uma leitura rígida dela mesma (literalidade). Além de defender estes dois elementos, comuns em muitos grupos fundamentalistas islâmicos, o Boko Haram também defende a ideia de jihad, justamente nos moldes que já vistos aqui, e utiliza, por vezes, de atentados terroristas como parte de sua atuação jihadista. Além disso, o grupo preocupa-se em propagar uma educação religiosa, justamente com o intuito de atrair mais adeptos à sua causa, principalmente jovens. Como vimos, atração das massas também é uma característica dos fundamentalismos. Também se rejeitam as influências do Ocidente e a modernidade em seus moldes, apesar de muito de seus membros utilizarem-se dos instrumentos derivados da tecnologia ocidental para a benesse própria ou do grupo (PALADINI, 2014, p. 01-05; WALKER, 2012, p. 07).

Atualmente, o Boko Haram mantém suas atuações na Nigéria, e apenas em 2014 as ações contra o grupo começaram a surtir algum efeito, quando muitos membros da organização se renderam em solo nigeriano e camaronês. Entretanto, o Boko Haram tende a manter o foco em sua causa de estabelecer um Estado Islâmico na Nigéria, rejeitando atacar diretamente o Ocidente, mesmo que perca influências em outros países africanos. Aparentemente, a luta do governo nigeriano contra o grupo está longe de acabar (PALADINI, 2014, p. 04-05; WALKER, 2012, p. 09-10).

2.2.5 A AL-QAEDA (*al-Qā'idah* – “A Base”)

A al-Qaeda, traduzida como “A Base”, foi um dos grupos fundamentalistas islâmicos mais proeminentes da década passada. Frequentemente apontado como essencialmente terrorista, o grupo esteve envolvido em momentos marcantes da década passada, travando, durante um período considerável, uma guerra pessoal contra os Estados Unidos. A invasão norte-americana ao Afeganistão, por exemplo, esteve diretamente ligada à al-Qaeda, uma vez que seu núcleo, expresso pela figura de Bin Laden, escondia-se neste país e o regime fundamentalista Talibã recusava-se a extraditá-lo para os Estados Unidos (KATZMAN, 2013, p. 05-07).

A al-Qaeda, desde sua fundação, esteve diretamente ligada à figura de Bin Laden, sendo este um dos grupos em que, seguramente, a característica fundamentalista de entrelaçamento entre líder e organização mais se manifestou. Nascido em berço de ouro, Bin Laden, ainda jovem, envolveu-se na luta contra a ocupação soviética, em 1979, no Afeganistão. Ao abraçar a luta de resistência afegã, Bin Laden vinculou-se ao Movimento Nacional Afegão de Resistência (MNAR), que tinha o objetivo de englobar opositores do governo afegão apoderado pelos soviéticos (NÓBREGA, 2013, p. 13; WELLAUSEN, 2002, p. 107).

Pouco tempo depois, em 1984, Bin Laden e coligados, entre eles seu histórico mentor Abdullah Yousef Azzam, migraram do MNAR para uma organização própria, que teria o objetivo de, além de intensificar esforços na luta contra a ocupação soviética, recrutar estrangeiros, principalmente os que fossem de origem árabe, para a causa anti-ocupação. Era, portanto, o nascimento do Maktab al Khidamat lil Mujahidin al-Arab (MAK), fundado em Peshawar (fronteira entre Paquistão e Afeganistão), que durante um tempo funcionou como uma espécie de direção de serviços afegã. Foi justamente na época do MAK, que Bin Laden,

além de direcionar recursos próprios para a organização, recebeu apoio financeiro, militar e logístico norte-americano, país preocupado, à época, em deter o avanço comunista pelo mundo (NÓBREGA, 2013, p.13-4; 52; WELLAUSEN, 2002, p. 89).

Destarte, podemos, perfeitamente, enquadrar o MAK como um embrião da futura al-Qaeda, porque, já nesta época, ele reunia em seu seio lideranças como a de Bin Laden e de Azzam, posteriores figuras de destaque na eclosão e fortalecimento da al-Qaeda. Tanto que, gozando ainda do material disposto pelos norte-americanos e em um Afeganistão desocupado, Bin Laden e Azzam concordaram, em meados de 1989, em não dissolver o MAK, pelo contrário, e sim em renomeá-lo como al-Qaeda (“A Base”). A al-Qaeda seria uma verdadeira base, como bem diz o nome, para o recrutamento e treinamento de árabes favoráveis à jihad contra a presença de tropas norte-americana em cidades sagradas da Arábia Saudita (Meca e Medina), enviadas para conter o avanço das forças iraquianas no Kuwait. Durante algum tempo esta foi a principal pauta política da al-Qaeda, que mesmo após o fim da ameaça iraquiana, continuou sendo uma opositora crítica ao regime saudita (NÓBREGA, 2013, p. 14-6; 53-4).

Podemos notar, portanto, que a al-Qaeda sempre esteve ligada à ideia de jihad, sendo esta uma característica que manteve, mesmo que tenha mudado o seu foco, ao longo de vários anos. A jihad da al-Qaeda, que abraçava tinturas terroristas, passou a ser publicamente direcionada ao extermínio norte-americano em 1998, em um decreto religioso nomeado “Declaração de Jihad”, que, de certa forma, fazia um apanhado ideológico de toda a proposta e causa do grupo, firmando-se como “anti-ocidental” e “anti-norteamericano”, e que incitava todos os muçulmanos ao seu dever de travar uma guerra contra os Estados Unidos. Esta era uma luta que ia além do espectro religioso, era uma luta contra as injustiças históricas causadas pelos norte-americanos ao Oriente Médio (NÓBREGA, 2013, p.16-24; WELLAUSEN, 2002, p. 95; 108-9).

Esta declaração está dentro do período histórico casualmente apontado como a grande ascensão da al-Qaeda, de 1996 a 2001, período em que o grupo logrou grande fortalecimento, sobretudo quando se uniu à Jihad Islâmica egípcia, de Ayman al-Zawahiri, em 1998. A união com grupo de al-Zawahiri foi muito benéfica para a solidificação, unificação, e fortalecimento da al-Qaeda, e, de certa forma, proporcionou maior coesão ofensiva à luta dos jihadistas de Bin Laden. Ayman al-Zawahiri é, por exemplo, frequentemente apontado como o grande mentor dos ataques terroristas realizados pela al-Qaeda após 1998. Com esta união, “A

Base'' deixou de lado a luta contra a questão saudita e firmou, cruamente, seu objetivo de jihad direto aos Estados Unidos e Israel; e de mobilizar todos os muçulmanos contra estes inimigos (NÓBREGA, 2013, p. 16-9; 47-58).

Além de denotar este compromisso claro anti-norteamericano do grupo fundamentalista de Bin Laden, a “Declaração de Jihad” também enfatizou outros pontos importantes referentes à ideologia e causa da al-Qaeda. O grupo reiterava o compromisso de estabelecimento de um Califado pan-islâmico no mundo, além de expulsar os ocidentais do “mundo muçulmano”. O grupo, assim como pregava a Irmandade Muçulmana nos primórdios do século XX, era absolutamente contra o fim do Califado turco, em 1924. Este objetivo, somente seria alcançado caso esta expulsão ocorresse e que se insturassem regimes favoráveis à al-Qaeda no Oriente Médio. Vale lembrar, também, que Bin Laden foi criado no seio de uma família que abraçava o *wahhabismo*¹, corrente do islamismo sunita que defende a restauração do Estado Islâmico. Desta forma, fica evidente que o grupo defendia ideais como o da *Ummah Muslimah* e do império absoluto da sharia em seus domínios e em conjunturas futuras (como um Califado, por exemplo), repelindo os governos que não adotassem tal código islâmico (NÓBREGA, 2013, p. 20-6; 51; WELLAUSEN, 2002, p. 95).

Vemos, portanto, uma total simpatia pelas ideias de Qutb e al-Banna, por exemplo, e um discurso religioso afluído, porém sempre muito ligado à questão política. Tendo em Bin Laden a figura de um grande líder² político e religioso -tanto que era autoproclamado “emir”-, a al-Qaeda abraçava as ideias comuns dos grupos fundamentalistas islâmicos, lembrando que também fazia uso da propaganda para fortalecer sua imagem e incitar seguidores, e que não negava o terror midiático (em 2002, por exemplo, o jornalista Daniel Pearl foi decapitado por membros da al-Qaeda, fato que foi televisionado) (NAPOLEONI, 2016, p. 28; NÓBREGA, 2013, p. 16-24; 35-6).

A já citada jihad da al-Qaeda, que abraçava o terrorismo como instrumento de reivindicação política, justificava-se através de uma reinterpretação turva dos valores islâmicos, que permeou, sempre, a religiosidade do grupo. Deste modo, aquele que se suicidasse em prol da causa maior seria martirizado e recompensado na Eternidade (NÓBREGA, 2013, p. 16-24; 35-6).

¹ Segundo Lacroix (2008, p. 06-07), o salafismo é uma espécie de “híbrido” do wahhabismo.

² Mesmo que à partir de 2001, a liderança dentro do grupo tenha se descentralizado muito, como lembra Nóbrega (2013, p. 36).

Após os atentados de 11 de Setembro, a consequente invasão norte-americana ao Afeganistão -que estava sob o regime Talibã (apoiador da al-Qaeda)-, culminando na morte de Osama Bin Laden em 2011, foi determinante para o enfraquecimento e desarticulação da estrutura da al-Qaeda, destruindo seu núcleo histórico. Entretanto, o grupo continua suas atividades no Oriente Médio, sob o comando de al-Zawahiri desde a morte de Bin Laden, mantendo sua causa e não podendo ser, jamais, ignorado (KATZMAN, 2013, p. 07; NAPOLEONI, 2016, p. 102; NÓBREGA, 2013, p. 37; 55-9).

2.3 O ESTADO ISLÂMICO (*ad-Dawlat al-Islāmiyah*)

2.3.1 As origens e causas do Estado Islâmico

As origens do Estado Islâmico remontam-se a meados dos anos 2000, na figura do notável jihadista jordaniano Abu Mousab al-Zarqawi, que, inclusive, havia lutado contra os soviéticos durante a invasão do Afeganistão. Segundo Cláudio Damin (2015), o cenário jihadista no Oriente Médio foi especialmente frutífero nos 2000, frutos dentre os quais encontra-se o EI. Libertado de uma prisão jordaniana em 1999, onde abraçara o salafismo e ingressara em um grupo fundamentalista islâmico nomeado al-Tawhid, al-Zarqawi moveu-se para o Afeganistão, visando estabelecer uma jihad no Oriente Médio. Durante esta época, já nomeado emir do al-Tawhid, al-Zarqawi estabeleceu um campo de jihadistas no Afeganistão, com a complacência da al-Qaeda e do regime talibã (DAMIN, 2015, p. 26-7; NAPOLEONI, 2016, p. 105; NUNES, 2015, p. 59).

Aproveitando-se disto, al-Zarqawi formou seu próprio grupo jihadista, o Jund al-Sham, que poucos meses depois foi renomeado Jama Jama' at al-Tawhid wa al-Jihad (JTWJ), ainda em 1999. O JTWJ é visto como o embrião principal do que posteriormente veio a ser o Estado Islâmico, tendo características semelhançíssimas às do EI. Além de adotar o método jihadista, o JTWJ visava estabelecer um califado na região do Levante, no qual a lei adotada seria uma severa e literal imposição da sharia; e convocava outros jihadistas para unirem-se à luta contra os infiéis. Vale lembrar, também, que o grupo fundamentalista de al-Zarqawi declarava-se como uma reação ao governo monárquico recém-empossado de Abdullah II da Jordânia, visto como contrário aos princípios da sharia, e que por isso deveria ser derrubado (DAMIN, 2015, p. 27; NUNES, 2015, p. 59).

Além disso, segundo Napoleoni (2016), o grupo de al-Zarqawi era uma reação ao Tratado de Paz Israel-Jordânia, de 1994, no qual, resumidamente, aceitou-se a configuração do mapa do Oriente Médio, por parte jordaniana, com o Estado de Israel sendo integrante deste. Como lembra a autora, para salafistas como al-Zarqawi, é impensável e inaceitável a ideia de existir um Estado judeu na região do Levante, localidade histórica de parte do antigo Califado (NAPOLEONI, 2016, p. 105).

Um ano depois de sua formação, em 2000, ao JTWJ foi proposta a integração com à al-Qaeda, oferta que foi rechaçada por al-Zarqawi. A recusa do jihadista jordaniano deu-se basicamente por um motivo: apesar de ambos os grupos comungarem do ideal de estabelecimento de um Califado no Oriente Médio, Bin Laden e seus seguidores apenas iriam tratar de implantá-lo assim que seu inimigo principal, os Estados Unidos, fosse completamente derrotado. Depois de destruídos os EUA, seria a vez de Israel e dos governos seculares, vistos como infiéis, da região. Portanto, o Califado, se dependesse da al-Qaeda, poderia demorar para existir. Já al-Zarqawi, por sua vez, era imediatista: a jihad para a implantação de um Estado Islâmico no coração do Levante não podia esperar (NUNES, 2015, p. 59-60).

O JTWJ, composto majoritariamente por jordanianos e palestinos e que desde seu ano fundacional já praticava atentados terroristas, em meados de 2003 já se encontrava ramificado e organizado no Iraque, precisamente em Biyara, província curda. Em terras iraquianas, o grupo de al-Zarqawi teve destaque em insuflar grupos insurgentes locais contra a ocupação norte-americana que permanecia após a queda de Saddam Hussein, colocando-se como o principal defensor dos interesses da comunidade sunita local. Além disso, tal grupo, principalmente seu líder, nutria uma repulsa profunda aos xiitas, que são maioria no Iraque, praticando diversos atos retaliativos às populações xiitas das localidades que dominava. Para dizer a verdade, neste mesmo ano, já era de consciência do Departamento de Estado Norte-Americano a presença dos jihadistas de al-Zarqawi no Iraque, seus planos de destituir o governo interino posto pelos norte-americanos, de destruir os xiitas e curdos iraquianos e de forçar a debandada norte-americana de solo iraquiano, ao implantar um Estado Islâmico no Iraque. Além disso, sabia-se que os laços entre al-Qaeda e JTWJ estavam se fortalecendo e ficando mais íntimos, não sendo surpresa, portanto, quando al-Zarqawi declarou lealdade à al-Qaeda e a Bin Laden em 2004 (DAMIN, 2015, p. 27; NUNES, 2015, p. 60).

Ao jurar lealdade à al-Qaeda, o JTWJ passou a ser um braço de atuação da “Base” em solo iraquiano, sendo renomeado “Tanzim Qaidar al-Jihad fi Bilad al-Rafidayn” (TQJBR), porém

ficou mais conhecido como “al-Qaeda no Iraque”. Damin (2015) lembra que, apesar de terem planos diferentes quanto ao processo de implementação do Califado no Oriente Médio, o fato do grupo de Bin Laden e al-Zarqawi comungarem deste mesmo ensejo foi um motivo para sua união. Apesar da junção, vale frisar que as ideias de jihad nutridas por al-Zarqawi não mudaram e são as mesmas que atualmente alimentam a filosofia do EI (DAMIN, 2015, p. 27; NUNES, 2015, p. 60).

Estabelecida esta conexão, a agora al-Qaeda no Iraque manteve seu foco de permanecer realizando as ações que já vinha promovendo nas localidades de sua influência, agora sob o manto direto do grupo de Bin Laden. Dois anos após a união, em 2006, a al-Qaeda no Iraque passou a agrupar outros grupos jihadistas sunitas, de natureza insurgente, ao seu espectro, fato tal que causou, além de um aumento do grupo e de sua força, uma subida brutal na escalada de violência entre xiitas e sunitas no Iraque, alimentada por al-Zarqawi há anos. É em meio a este severo aumento das agressões violentas entre xiitas e sunitas que o líder al-Zarqawi morre, em um bombardeio norte-americano, próximo à cidade de Baqubah, aos trinta e nove anos. Mesmo falecido, a semente plantada por al-Zarqawi no Iraque estava germinada e sua mensagem, portanto, bem assimilada por seus herdeiros, que seguiram em frente seu legado (DAMIN, 2015, p. 27-8; NUNES, 2015, p. 60).

No mesmo ano do falecimento de al-Zarqawi, 2006, seu sucessor na liderança do grupo, o iraquiano Abu Omar al-Baghdadi, juntamente com o nomeado “ministro da guerra” Abu Ayub al-Masri, declarou a criação do Dawlat al-Iraq al-Islamiyya, ou Estado Islâmico do Iraque, uma coalisão de grupos que integravam a al-Qaeda no Iraque. Contudo, vale frisar que isso não significou o rompimento do grupo com a al-Qaeda, que continuou intimamente ligada à organização, mesmo com o novo nome (DAMIN, 2015, p. 27-8; NUNES, 2015, p. 60).

Em fins de 2006, e na passagem para 2007, tudo indicava que o recém-autonomeado Estado Islâmico do Iraque estava logrando seu objetivo de estabelecer um Califado no Oriente Médio. A desestabilização da ordem civil iraquiana à partir das represálias aos xiitas estava sendo alcançada (a ponto de se chegar à uma espiral de guerra civil dentro do Iraque), o grupo estava encontrando oportuna facilidade para recrutar jihadistas para sua causa, já tinha em seu bojo o poderio de cidades e seus frequentes atentados terroristas, como o dirigido à Grande Mesquita xiita em 2006, cumpriam seu intuito de desestabilizar o governo provisório norte-americano e sua tentativa de exercer influência na região (DAMIN, 2015, p. 28).

Deste modo, ficou claro para o governo central norte-americano que uma mudança em sua estratégia seria necessária caso quisesse impedir o progressivo sucesso que o EII vinha alcançando. Foi justamente por isso que, em 2007, foi proposto o “Surge”, como ficou conhecida uma proposta, por assim dizer, de tentar reverter o quadro caótico que vinha se desenhando no Iraque. Sendo assim, o Surge foi responsável pelo envio de mais trinta mil soldados norte-americanos para o Iraque, com a missão de conter os avanços do EII e apaziguar um pouco a situação iraquiana. Damin aponta que o Surge foi importante para que o quadro de violência e caos no Iraque começasse, pouco a pouco, a se amenizar, atingindo, portanto, boa parte de seu objetivo (DAMIN, 2015, p. 29).

Contudo, não foi o Surge o fator determinante para o progressivo apaziguamento da situação social e política no Iraque, este, na verdade, teve um grande “aliado” para lograr seu objetivo, como bem lembra Damin, e que teve início no Iraque antes mesmo do envio de mais soldados norte-americanos para solo iraquiano. Tal “aliado” foi um fenômeno social que eclodiu dentro da parcela sunita da sociedade iraquiana e que foi nomeado “O Despertar Sunita” (DAMIN, 2015, p.29).

A estrita interpretação da Sharia imposta nas localidades sob seu domínio, aliada à brutal violência característica do grupo, fizeram com que os sunitas destas localidades se fartassem do EII. O apoio inicial, por conta de vínculos religiosos, foi se arrefecendo e o grupo fundamentalista passou a ser rejeitado pela própria parcela islâmica que jurava defender. Alianças entre oficiais norte-americanos e líderes tribais sunitas foram feitas, fortalecendo ainda mais uma onda que repelia a filosofia dos fundamentalistas salafistas e que, também auxiliada por grupos paramilitares sunitas (como o Sons of Iraq) que atuavam em províncias ocupadas pelo EII, obrigou o grupo a recuar. Portanto, o Despertar foi fundamental para que a escalada de violência e o avanço do EII no Iraque fossem contidos, enfraquecendo o grupo severamente (DAMIN, 2015, p.29).

Recuado, entre 2007 e 2011, o EII tentou adequar-se à nova situação em que havia sido obrigado a habitar, lutando para sobreviver diante da proliferação de inimigos, tanto xiitas quanto sunitas, e da rejeição massiva ao grupo por parte da população iraquiana como um todo. Durante este período, o grupo tentou lançar campanhas informativas pelo Iraque, campanhas tais que objetivavam enaltecer a imagem do grupo e tentar recuperar alguma parcela de apoio perdido. Contudo, a tática principal do grupo durante este período de

dificuldade foi concentrar seu núcleo dirigente em Mossul, cidade ao norte do Iraque e de maioria sunita, enquanto tentava reverter a situação (DAMIN, 2015, p. 29).

Alguns analistas, como Loretta Napoleoni, acreditam que este período foi tão difícil para o EII que o grupo flertou com a extinção. No caso da intelectual italiana, a salvação do grupo teria sido a eclosão da Guerra Civil na Síria, que abriu uma porta, através da migração de uma parcela de seus jihadistas para solo sírio, para que o grupo apostasse suas últimas fichas na sua sobrevivência. Contudo, esta interpretação é contestável, e como explica Damin, nesta época, o EII já estava começando a se recuperar no Iraque, não necessariamente e decisivamente por conta do início do conflito na Síria, e sim por outros motivos (DAMIN, 2015, p. 30; NAPOLEONI, 2016, p. 84).

Esta recuperação e refortalecimento do grupo no Iraque estiveram conexos, sobretudo, aos rumos políticos que o país tomou após a retirada das tropas norte-americanas de suas terras. Como explica Damin, a relativa estabilidade política iraquiana alcançada durante os breves anos de 2007 e 2011 durou pouco, muito por conta das atitudes que o primeiro-ministro iraquiano, colocado no governo pelos norte-americanos, Nouri Kamel al-Maliki decidiu tomar. Xiita por natureza, al-Maliki -que já ocupava o cargo desde 2006-, após a retirada norte-americana, em 2011, adotou políticas de natureza segregacionista, claramente oprimindo sunitas, curdos, e outras minorias étnicas. O governo al-Maliki, até então não conhecido por ser autoritário, passou a sê-lo com excelência, e além de começar a constituir uma elite xiita no poder político do país, passou a reprimir com violência as diversas manifestações sunitas que pipocaram pelo país (DAMIN, 2015, p. 30).

Tais atitudes tomadas pelo governo al-Maliki foram praticamente um presente para grupos jihadistas e extremistas como o EII, que, aproveitando-se da nova situação de instabilidade política e descrença no governo central, tratou de renascer. Assim, suas pautas sunitas voltaram a circular com mais força e o apoio ao grupo, que voltava a ser visto como uma alternativa ao quadro deprimente da política iraquiana, foi aumentando, pouco a pouco. Foram, sim, os rumos tomados pelas figuras centrais da política iraquiana após a retirada norte-americana que tiveram peso decisivo para o refortalecimento do EII (DAMIN, 2015, p.30).

Vale ressaltar que nesse ínterim, houve uma mudança de comando no EII que foi decisiva para o grupo ser o que é hoje. Os dois grandes nomes influentes do grupo, Abu Omar al-Baghdadi e Abu Ayub al-Masri, foram mortos, em 2010, por conta de um ataque dirigido por

forças norte-americanas e iraquianas à localidade em que ambos se encontravam. Isto abriu um novo vácuo no comando do EII, permitindo a ascensão de uma nova figura, um novo líder: Abu Bakr al-Baghdadi. Abu Bakr al-Baghdadi, que ainda se mantém como líder do grupo, foi decisivo para os rumos adotados pelo EII após 2010, que foram, posteriormente, benéficos para o grupo, como a ruptura com a al-Qaeda e a expansão para a Síria (DAMIN, 2015, p. 30; NUNES, 2015, p. 60).

O rompimento com a al-Qaeda e a expansão para a Síria são os dois últimos capítulos de grande impacto na história do EI, que continua a ser contada. E o grande ator do EI que foi determinante para tais acontecimentos é al-Baghdadi, daí sua importância abismal. Desde meados de 2010, coincidindo com a ascensão de al-Baghdadi ao comando do EII, o grupo vinha se distanciando da al-Qaeda, sutilmente e progressivamente. Pode-se explicar o início deste distanciamento entre os dois grupos fundamentalistas com a atitude tomada pelo novo líder, al-Baghdadi, de passar uma imagem do EII enquanto grupo sunita distinto da maioria ao imaginário sunita iraquiano, que ainda estava muito marcado pelos ideais do “Despertar”. Deste modo, al-Baghdadi decide, pouco a pouco, propagar uma imagem de um EII desvinculado da al-Qaeda, um dos grandes grupos fundamentalistas sunitas do Oriente Médio, e que, por perpetuar os valores sunitas que levaram ao desgaste político e social do Iraque, não era bem visto pela parcela sunita iraquiana (DAMIN, 2015, p. 30; NAPOLEONI, 2016, p. 34-5).

A questão da posição que os xiitas ocupam na percepção dos dois grupos também pode ser compreendida como um possível fator que corroborou para o distanciamento entre ambos. O EI, desde seus primórdios com al-Zarqawi, sempre disseminou uma antipatia e desprezo pelos xiitas que, todavia, não são tão presentes no bojo ideológico da al-Qaeda. Sim, é claro que a al-Qaeda é um grupo sunita e tem um delineamento bem claro quanto à sua religiosidade e à sua posição de diferença em relação aos xiitas, mas a organização fundada por Bin Laden nunca repreendeu os xiitas com o radicalismo que o EI adota; na verdade, a al-Qaeda até já manteve relações oportunas com o Hezbollah, por exemplo. Além disso, os islamistas “d’A Base” já criticaram o EI por concentrar ataques a civis xiitas, ao invés de a forças norte-americanas. O EI, por sua vez, não admitiria isso, e sempre deixou bem claro que o seu Estado Islâmico não inclui os xiitas (CALFAT, 2015, p. 08; NAPOLEONI, 2016, p. 19; NAVARRO, 2015, p. 19).

Seja pela percepção da comunidade sunita da al-Qaeda, seja pela posição de ambos quanto ao xiismo, o ponto final da relação entre EII e al-Qaeda deu-se em 2013. Aproveitando o vácuo deixado pela eclosão da Guerra Civil Síria e percebendo uma real possibilidade do EII se fortalecer com isso, al-Baghdadi moveu contingentes para a Síria e lá formou uma aliança com alguns membros da al-Nusra, organização islâmica que busca a queda de Assad. Esta aliança resultou numa fusão de parcelas da al-Nusra com o próprio EII, fazendo com que fosse, assim, proclamado o Estado Islâmico do Iraque e do Levante. A situação de caos civil na Síria, não só foi a causa que fortaleceu o avanço do EII para lá, a segregação do governo alauíta³ de Assad aos sunitas sírios também auxiliou o EII a lograr seus objetivos em terras sírias. O EIIL jamais esteve interessado, todavia, em auxiliar a causa da al-Nusra, pelo contrário, sua entrada na Síria foi cruamente expansionista e estratégica (CALFAT, 2015, p. 10; NAPOLEONI, 2016, p. 40-1).

O avanço do EII em direção à Síria não foi endossado pela al-Qaeda, que reprovou o ato. Sendo assim, imediatamente, Ayman al-Zawahiri ordenou a retirada e o regresso das mobilizações de al-Baghdadi da Síria para o Iraque, sob a justificativa de que a luta síria não era uma causa do EII e apenas a al-Nusra era a verdadeira representante da al-Qaeda em solo sírio (sendo-o até hoje). A ordem do emir e principal líder da al-Qaeda foi ignorada por al-Baghdadi que, obviamente, manteve a atuação do automeado EIIL na Síria, simbolizando a quebra definitiva de relações entre os dois grupos, resultando numa atual rivalidade. Em 2014, apenas a título de formalidade, a al-Qaeda divulgou que o EIIL não era mais um afiliado seu (CALFAT, 2015, p. p. 08; DAMIN, 2015, p. 31; NAPOLEONI, 2016, p. 40-1; NUNES, 2015, p. 60-1).

Estabelecidos o poderio de territórios, uma jihad em pleno curso e um fortalecimento ascendente, o EIIL sentiu-se à vontade para proclamar, em 2014, a criação de um Califado, imperado pelas leis da sharia nas regiões ocupadas pelo grupo, através de um documento, confeccionado pelo próprio EIIL, nomeado “Esta é a Promessa de Alá”. Assim sendo, al-Baghdadi foi nomeado califa, o grande sucessor do Profeta, líder religioso e que deveria manter a coesão da *Ummah*. Aliás, segundo o documento divulgado pelo EI, al-Baghdadi possui ascendência direta da família do Profeta. O documento também estabeleceu que à partir daquele data, o grupo não mais se chamaria EIIL, e sim, somente seria conhecido como

³ Conforme dito por Nunes (2015, p. 58), os alauítas são uma dissidência dos xiismo que endeusa o quarto Califa, Ali ibn Abi Talib.

Estado Islâmico (EI), como será referido neste estudo daqui por diante (DAMIN, 2015, p. 31; NUNES, 2015, p. 61).

2.3.2 As características do Califado e a ideologia religiosa do EI

Como bem lembra a estudiosa italiana Loretta Napoleoni, o Estado Islâmico, por si só, já apresenta uma singularidade importante em relação aos outros grupos fundamentalistas islâmicos que permearam a história, chegando aonde nenhum outro grupo desta natureza conseguiu chegar: possuir de um território de grande proporção (NAPOLEONI, 2016, p. 25). Em quesitos de estrutura, por exemplo, o EI é muito mais complexo, preparado, e profissionalizado que diversas outras organizações fundamentalistas e jihadistas islâmicas que já existiram, como, por exemplo, a al-Qaeda. Um dos segredos do EI para manter sua coesão ideológica e estrutural está justamente na filosofia expansionista do grupo, que renega o comum plano de organizações fundamentalistas islâmicas de agir em células. O EI, por sua vez, acredita em expansão e posse de terras diretamente para sua tutela, ao invés de somente manter zonas de influência espalhadas pelo Oriente Médio (DAMIN, 2015, p. 26; NUNES, 2015, p. 57).

Quando divulgou ao mundo sua declaração de instauração de um Califado nas terras de seu controle, “Esta é a Promessa de Alá”, o EI também revelou ao mundo, nos pormenores deste escrito, sua ideologia política e tática, além de seus valores religiosos fundamentalistas. Foi uma espécie de “grito”, declarando a jihad no Oriente Médio para a expansão de seu Califado, conjurando-a contra os infiéis e apóstatas, e mostrando ao mundo que o EI era uma organização forte e que não podia mais ser ignorada, como foi por anos (DAMIN, 2015, p. 31-2; NAPOLEONI, 2016, p. 22-32; NUNES, 2015, p. 56-61).

O documento, que por si só já revelava a perspectiva comum de alguns grupos fundamentalistas islâmicos de restauração e expansão de um Califado, sem objetivo de parar no Iraque e na Síria, reiterava o compromisso do EI em restaurar a *Ummah*, prometendo garantir a imposição restrita da sharia em seus domínios, como jurisdição maior. Entretanto, para o grupo, o ideal da *Ummah* não está conectado à sua essência agregadora; pelo contrário, xiitas não estão inclusos como membros da nação islâmica: ela é exclusiva para os sunitas, denotando a repulsa visceral do grupo ao xiismo, que já vinha desde seu patrono al-Zarqawi (DAMIN, 2015, p. 31-2; NAPOLEONI, 2016, p. 22-32; NUNES, 2015, p. 56-61).

A aversão agressiva aos xiitas, por sinal, é marcante dentro do EI, desde seus primórdios, e o grupo, ao usufruir do terrorismo como arma estratégica de sua jihad, não dirige atentados apenas ao Ocidente: os xiitas são alvos antigos da violência do EI. Na verdade, uma das metas do grupo sempre foi o extermínio dos xiitas, e o massacre feito aos cidadãos xiitas quando o EI tomou a cidade de Mossul, em 2014, é apenas um triste exemplo deste objetivo sanguinário do grupo de al-Baghdadi. Salafista radical, o EI nutre uma notória aversão aos valores e influências ocidentais, assim como à modernidade ocidental, algo que faz o grupo dirigir sua jihad, também, ao Ocidente (DAMIN, 27-28; NAPOLEONI, 2016, p. 23-8; 109; 117; USARSKI, 2015, p. 01).

Contudo, motivos políticos, claro, fazem parte desta contabilidade, citados inclusive na “Esta é a Promessa de Alá”, e o Ocidente, principalmente a figura dos EUA, deve pagar pelas feridas profundas que causou no Oriente Médio ao longo dos anos. Assim, vem à tona o terrorismo contra o Ocidente, visto, por exemplo, nos atentados de Paris, em 2015 (DAMIN, 27-28; NAPOLEONI, 2016, p. 23-8; 109; 117; NUNES, 2015, p. 65).

Ao utilizar-se do terrorismo, o EI atribui a ele uma forma mais intimidante, por agregar estrangeiros que vêm e voltam do Califado, mas, sobretudo, porque dá vida à uma campanha feroz de propagação desta mensagem através das mídias. Aproveitando-se do fato de vivermos em um mundo globalizado, o EI apropria-se da tecnologia derivada dos avanços ocidentais (por mais contraditório que isso possa soar) e propaga seu recado e sua violência. A violência dissipada pelo EI não foi inventada pelo grupo, ela não é diferente do que já foi feito por outros grupos armados ou fundamentalistas ao longo da história, a diferença reside no fato do grupo ter ampliado as fronteiras de entendimento de terrorismo, que não são mais somente atentados, apostando massivamente em propaganda e usando instrumentos criados pelo Ocidente, como a tecnologia, contra ele mesmo (DAMIN, 27-28; NAPOLEONI, 2016, p. 23-8; 69-70; 109; 117, NUNES, 2015, p. 65).

O grupo, muito por conta de apostar em uma propaganda intensiva, não só de cunho terrorista, consegue grande apelo por parte de muitas pessoas, principalmente jovens. Incrivelmente, através da propagação da sua jihad, o grupo singulariza-se na proporção em que atrai ocidentais para sua causa. A CIA estimava, em meados de 2015, que o EI detinha, possivelmente trinta e um mil combatentes, sendo um terço deles de natureza estrangeira. Sem contar que muitos destes estrangeiros, por possuírem passaporte de seus países natais, voltam para a Europa, como potenciais terroristas. Demasiadas são as interpretações para este

fenômeno atrativo que o EI representa para estes estrangeiros e jovens árabes, que vão desde a excelência do grupo em dissuadir possíveis recrutas, insuflando ressentimentos e queixas de árabes ao redor do mundo e se colocando como um antídoto à ruína do valores ocidentais; passando pela falência dos sistemas árabes de educação, das economias árabes, dos governos árabes e da confiança nos costumes e valores Ocidentais. Muitos destes estrangeiros, também, sentem-se instigados a reafirmar as identidades árabes e muçulmanas de seus pais ou antepassados, relegando à segundo plano o fato de serem nascidos ocidentais, indo, assim, direto para os braços do Califado, agregador perfeito de suas fúrias por afirmação identitária. (CALFAT, 2015, p. 07-12; DAMIN, p. 32; NUNES, 2015, p. 65).

O simples fato de al-Baghdadi ser o autoproclamado Califa do Estado Islâmico, sem se considerar sua atuação religiosa na consecução a ideologia do grupo, já lhe confere um entrelaço comum com a teoria fundamentalista básica, sendo, destarte, al-Baghdadi o grande e essencial líder deste tipo de organização. E ainda mais, trata-se de um líder de cunho absolutamente religioso, dando-lhe autoridade suficiente para guiar os rumos do EI, já que possuiria um entendimento superior da palavra do Profeta, por ser seu sucessor. Além desta claríssima relação com a teoria, no âmbito do EI, a questão da literalidade também se revela nas ações do grupo, que ao insuflar o uso da sharia pelo mundo islâmico e adotá-la, de forma rigorosa, em seus domínios, revela sua natureza de não abrir espaço para interpretações paralelas da palavra sagrada, há apenas um único entendimento dos ensinamentos, incontestável, e que deve ser entendido ao pé da letra. Isto se mostra, claramente, em territórios do EI, onde a lei islâmica impera de forma rigorosa, e que por isso, por exemplo, mulheres são obrigadas a cobrir todo o seu corpo com vestimentas, quando estão em público (USARSKI, 2015, p. 02; NAPOLEONI, 2016, p. 15).

Sendo assim, elucidados os pormenores ideológicos e religiosos do grupo, passa a ser importante entender, agora, a outra proposta desta seção: o que é o Califado do EI, suas delineações, como funciona e como o grupo aplica suas filosofias neste território.

Desde o ano em que o EI declarou, através da “Esta é a Promessa de Alá”, a criação de seu Califado nas regiões de seu poderio no Iraque e na Síria, estabeleceu suas fronteiras mais claramente, mesmo que, desde o princípio, a ideia do Califado nunca tenha sido acomodar-se nestas, visando ir, pelo menos, até a região do Levante. Deste modo, com a declaração, firmou-se que as fronteiras do Califado estender-se-iam de Aleppo, na Síria, até a província de Diyala, no Iraque, tendo sua capital na cidade síria de Raqqa. Além disso, tal documento

rejeitou as atuais fronteiras e as soberanias dos respectivos Estados do Oriente Médio, significando que este era o início de um processo de redesenho das fronteiras da região, à partir da ascensão do Califado (CALFAT, 2015, p. 07; DAMIN, 2015, p. 31-2; NAPOLEONI, 2016, p. 22).

Estabelecidos a localidade e delineações de seu território, há, por detrás do discurso fundamentalista religioso radical do EI, um claro intuito de fortalecimento e solidificação de uma verdadeira máquina militar e política, que objetiva, diretamente, a criação e manutenção de um Estado Nacional (NAPOLEONI, 2016, p.18-27).

Este compromisso escuso de solidificação de um Estado Nacional por parte dos jihadistas fica ainda mais claro através da adoção que o grupo fez a alguns símbolos clássicos de um Estado Nacional. Ou seja, o Califado possui sua própria bandeira; possui uma moeda própria, o dínar, que por si só já é uma busca às glórias do passado (por ter sido a moeda dos “bem-guiado”); além de emitir passaportes. Mesmo não reconhecido como Estado Soberano, o compromisso de cimentação de um Estado nacional é claro no imaginário do grupo, ainda mais através da total adoção destes símbolos. Objetivos como estes, atrelados à outras ações do grupo, denotam, que no fundo, o EI parece ter muito mais uma natureza política, com tinturas religiosas, do que o contrário (CALFAT, 2015, p. 08-10; NUNES, 2015, p. 63).

Visto isso, é fulcral sabermos como o grupo se autofinancia e é financiado. O Estado Islâmico possui diversas fontes de arrecadação de capital, que partem desde ações diretas do grupo até doações externas. Para melhor elucidar isto, podemos listar algumas fontes conhecidas: o controle de numerosas cidades e terras proporcionou ao EI uma boa fonte de arrecadação de dinheiro, através da cobrança de impostos aos viventes destas localidades e da exploração de refinarias de petróleo e de campos de gás apreendidos. Quando tomou Mossul, por exemplo, o EI confiscou todo o dinheiro presente nos cofres do principal banco da cidade, fato que exemplifica que, ao tomar cidades, o grupo não só passava a governá-las, mas também extraía as riquezas que já estivessem estabelecidas nestas. Ou seja, os espólios de guerra são também uma fonte de arrecadação, assim como a venda de artefatos arqueológicos pelo mercado negro (CALFAT, 2015, p. 10-2; DAMIN, 2015, 31; NAPOLEONI, 2016, p. 26-7; NUNES, 2015, p. 63-5).

Além disso, o grupo estabeleceu um programa de pedágios nas localidades que controla, e também utiliza de métodos de extorsão e sequestros para arrecadar mais dinheiro. Vale também frisar a importância gigantesca que as monarquias sunitas do Golfo Árabe e grupos

empresariais sunitas paralelos exercem para o fortalecimento da saúde financeira do EI. Estas monarquias visam estabelecer uma reação ao que consideram ser o “eixo de resistência” xiita no Oriente Médio, configurado por Irã, Hezbollah e Síria, e por isso financiam grupos jihadistas sunitas, como o EI. Estima-se que, entre 2013 e 2014, o EI tenha acumulado quarenta milhões de dólares provindos apenas de doadores sauditas, catarianos e kuaitianos (CALFAT, 2015, p. 10-2; DAMIN, 2015, 31; NAPOLEONI, 2016, p. 26-7; NUNES, 2015, p. 63-5).

Quanto à sua estrutura, o EI possui uma liderança central, o califa al-Baghdadi, e uma parcela de homens leais que ajudam a compor o corpo de combate do grupo. Isto engloba, portanto, desde os soldados que lutam diretamente na jihad até tecnocratas voluntários, profissionais de natureza qualificada, que se dispõem a prestar serviços que não envolvem a luta armada propriamente. Envolvem-se, portanto, com assistência médica aos viventes das cidades que o grupo controla; refinamento do petróleo coletado pelos poços que o grupo detém; engenharia; dentre outros cargos de administração geral. Ou seja, é notável que o EI tem uma natureza profissionalizada e sofisticada em seus meandros, sua organização não envolve apenas violência ou truculência. E para consolidar ainda mais este entendimento de que o grupo possui um grande profissionalismo por trás de suas ações, podemos lembrar que os dirigentes do grupo durante muito tempo estudaram as táticas e ações de outros grupos armados ao longo da história (como o IRA, por exemplo), analisando os erros e acertos por detrás destas atitudes, para aplicarem, posteriormente, com maior sucesso as lições aprendidas.(NAPOLEONI, 2016, p. 20; NUNES, 2015, p. 65).

Além disso, vale destacar que no comando das linhas de combate do Estado Islâmico não atuam amadores, e, sim, ex-oficiais das forças armadas iraquianas, homens profissionalizados e experientes no campo de batalha, que aliando seus conhecimentos tradicionais de guerra com as táticas insurgentes de grupos que ganharam experiência em anos de embates contra os norte-americanos, explicam vários dos sucessos que o EI obteve militarmente. E por falar nestes ex-oficiais, iraquianos em sua grande maioria, estes foram durante muito tempo renegados e desrespeitados pelos Estados Unidos, na época da ocupação iraquiana, por serem do partido Ba'ath, o mesmo de Saddam Hussein. Processo semelhante ocorreu com os sunitas do oeste do Iraque, conta Calfat. Para exemplificar melhor o caso dos oficiais, durante a ocupação norte-americana, 250.000 soldados iraquianos foram demitidos por encarregados norte-americanos, numa só levada, por serem, apenas, membros do partido Ba'ath.

Coincidência ou não, ambos passaram a engrossar as fileiras do Estado Islâmico, anos depois (CALFAT, 2015, p. 09-14).

Dentro deste projeto de Estado Nacional em tentativa de progresso do EI, seu líder, al-Baghdadi, objetiva moldar um Estado que seja moderno (não aos moldes ocidentais, claro), com alguma aprovação, de natureza solidária, de seus governados, mesmo que este Estado, por conta do entendimento extremado e deturpado que seu grupo tem do Islã, venha a limitar a cidadania, seja sectário e amplamente machista. Assim sendo, apenas a força bruta não pode ser entendida como artifício central para que se logre a almejada aprovação popular, é necessário que esta seja fomentada, pouco a pouco por outros caminhos. A principal ponte para isto está nos diversos programas sociais e melhorias estruturais que o grupo realiza em seus domínios, mas antes de exemplificá-los propriamente, é importante entender que eles não os únicos “tijolos” desta ponte. Utiliza-se, também, de cooptação -ao invés da força-, de lideranças locais, oferecendo à estes serviços, transigência e um mínimo de comprometimento para com suas demandas. Deste modo, formam-se alianças e coalizões (CALFAT, 2015, p. 10; NAPOLEONI, 2016, p. 18; 60).

Contudo, entrando diretamente nos programas e serviços que o EI oferece nas localidades de seu domínio, além de ter construído vias inexistentes entre localidades regionais, construído cozinhas comunitárias, auxiliado no fornecimento de energia elétrica para algumas cidades, promovido programas de saúde e campanhas de vacinação, administrado padarias; fornecido, pessoalmente, frutas e verduras para famílias mais necessitadas; o EI assume em seus territórios posturas quase que próprias de um verdadeiro Estado. Existe uma espécie de policiamento nas cidades, programas de distribuição de água, reguladores de trânsito e pagamento em dia de salários. Desta maneira, assumindo todas estas responsabilidades nas localidades que controla, o EI estabeleceu tribunais, agências reguladoras, dentre outros. De maneira resumida, portanto, onde comanda, a violência e o medo não imperam totalmente: o grupo possui consciência de que apoio também vem de ações compensatórias e por isso incentiva programas que vão desde saúde à educação. Contudo, a repressão e violência nunca vão deixar de estar presentes nestes ambientes e a mesma polícia itinerante fornecida pelo grupo, com intuitos primários de garantir segurança aos cidadãos, recebe ordens, decretadas pelo sistema judiciário baseado na sharia, de realizar execuções em público. As punições, por exemplo, aos que violam o código baseado na sharia são absolutamente bárbaras (CALFAT, 2015, p. 09-10; DAMIN, 2015, p. 26; NAPOLEONI, 2016, p. 18; 60; 72).

Por fim, explanado tudo isso, Napoleoni explica de modo bastante suscinto que é absolutamente evidente que o EI supera, seja em sua organização, seja em seus planos, seja em sua jihad, os outros grupos fundamentalistas islâmicos (radicais ou não) em absolutamente tudo: atingiu proezas militares inéditas, manipula e usa a mídia em seu favor de forma inédita, seus programas sociais são muito mais abrangentes e diretos. Mas, sobretudo, supera a todos porque caminha, ainda, para a construção de um Estado Nacional e de uma identidade nacional (NAPOLEONI, 2016, p. 27).

2.3.3 O Estado Islâmico à partir da proclamação do Califado, em 2014

Desde que o EI anunciou ao mundo a criação de seu Califado e seus objetivos, em 2014, foi formada uma grande coalizão de países ocidentais e árabes com o intuito de combater e enfraquecer o grupo. Liderada, basicamente, por países como Estados Unidos, Rússia, França e Reino Unido, mas também composta por países como Bahrein, Jordânia, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos; a coalizão, reunida por interesses distintos, tem a tática de desestruturar o EI à partir de ataques aéreos às suas instalações. A grande coalizão, entretanto, é apenas uma das partes que lutam contra o EI, que ao longo dos anos, através de seus atos e ideologia, reuniu muitos inimigos. Com maior destaque, existem, também, forças militares regulares de países árabes lutando contra o grupo, sem contar a atuação de milícias xiitas (apoiadas pelo Hezbollah), sunitas (que não compactuam com o extremismo do grupo), e do exército curdo (os *peshmergas*), todos reunidos em frente de batalha contra o EI (CALFAT, DAMIN, 2015, p. 26; 32; NUNES, 2015, p. 65-8).

Logicamente, neste mundo de alianças voláteis e de interesses sobrepostos, a cooperação entre estas forças não está diretamente conectada ao ideal um “bem maior” ou a um “senso de defesa da liberdade e da democracia”, o que impera, neste jogo de alianças e atuação, é a política de interesses individuais de cada país. O EUA e a França, por exemplo, atacam porque são especialmente visados pelo terrorismo do EI; já os russos, por sua vez, porque apoiam Assad e por terem conhecimento do envolvimento de chechenos com o EI. Sem falar nos xiitas ou curdos, que lutam para garantir sua existência e seus territórios. No mundo de hoje, da política internacional imperada por interesses, deve-se esquecer a coerência de discurso político, neste tipo de situação ela inexistente, cada um vai atrás do que lhe parece mais benéfico (NUNES, 2015, p. 65-8).

A importância aqui, portanto, flutua no fato de que EI construiu, ao longo destes anos, uma gama grande de inimigos e, apesar de manter alianças em outros países árabes (como Tunísia e Líbia), e com uma porção de grupos fundamentalistas islâmicos de menor proporção (como, por exemplo), o Boko Haram, o grupo de al-Baghdadi parece mais ameaçado do que resguardado. De fato, como aponta Cláudio Damin, ao que tudo indica, o grupo parou de avançar territorialmente e suas fontes de financiamento parecem estar se esgotando. Tanto que, recentemente foi divulgado, por meio da consultoria IHS Jane's, que o grupo já havia perdido, totalizando os anos de 2015 e 2016, cerca de 26% de seu território. Cidades importantes e estratégicas, como Tall Abyad, foram perdidas, principalmente por conta da atuação das tropas sírias, iraquianas e curdas. Inclusive, em outubro e novembro deste ano, foram lançadas operações massivas por parte de sírios, iraquianos e curdos, para recuperar o controle de Mossul e Raqqa, respectivamente, frequentemente apontadas como as últimas grandes cidades em importância apoderadas pelo EI. As ofensivas continuam (DAMIN, 2015, p. 26; 32; FRANCE-PRESSE, 2016; PALADINI, 2014, p. 02).

A ideia básica que se deve ter do EI enquanto organização e grupo fundamentalista, de suas ações, sua história e seu papel atualmente está pavimentada. Agora, nosso objetivo passa a ser entender, levando tudo isto em conta, aonde o grupo pode se encontrar na literatura sobre nacionalismo e identidade nacional, objetivo do próximo capítulo.

3. A nação e a civilização

De acordo com Samuel Huntington (1997), a composição de mundo pós-Guerra Fria assume um modelo multipolar e multicivilizacional. Rebatendo a tese de que o mundo tornara-se unipolar após a derrocada da União Soviética e que esta era a vitória final do liberalismo (maior exemplo é Francis Fukuyama), Huntington admite que os Estados-nações ainda existem, assim como seus símbolos, porém a lógica de alianças neste “novo mundo” relega a planos secundários interesses particulares, políticos ou econômicos, e passa a ser guiada muito mais por uma afinidade cultural: é o império das “civilizações”. Isso quer dizer, portanto, que os atores do sistema internacional tendem a cooperar e a estreitar laços de amizade com os Estados que são culturalmente similares a eles mesmos. Em outras palavras, aqueles Estados que integram a mesma civilização (HUNTINGTON, 1997, p. 18-21; 31-36).

Assumindo, destarte, que o mundo é multicivilizacional e multipolar, Huntington lança os alicerces do que seria especificamente uma civilização: um agrupamento temporal de pessoas que comungam de valores culturais semelhantes e que possuem, geralmente, como principal

pilar aglutinador, uma religião em comum. Cabe, assim, ao autor ressaltar que nesta nova conjuntura de mundo a cultura possui o poder ímpar de conseguir unir ou desunir as pessoas. Ou seja, se uma mesma cultura é difundida no seio de uma sociedade específica, ela tende a perdurar em detrimento de qualquer outra ideologia política que tal sociedade venha a adotar. No caso contrário, se uma sociedade é permeada por culturas diferentes, ela tende a se fragmentar. Por isso, a cultura é uma força unitária e divisiva (HUNTINGTON, 1997, p. 28; 46-8; 54).

Assim, outras características definidoras de uma civilização seriam, nas palavras de Huntington, uma língua comum, costumes comuns (cultural), valores étnicos e institucionais comuns, dentre outros. Isso não significa que todas as civilizações abranjam estas características, elas podem se alternar de uma civilização para outra e dentro de uma própria civilização. Como bem explica o autor, um vilarejo do sul da Itália pode possuir uma cultura distinta doutro vilarejo nortista do mesmo país, mas todos cultivam uma cultura italiana comum e mais abrangente que os une como italianos. Deste modo, é importante ressaltar que as linhas das civilizações não são nítidas, apesar delas possuírem certos limites. Huntington estabelece um mapa civilizacional do globo, onde imperam oito civilizações, algumas correspondentes a locais mais específicos do mundo, mas nada impedindo que um país ocidental, por exemplo, seja dividido por duas civilizações ou mais (Ibidem, p. 46-8; 54).

Desta maneira, estas civilizações são: Ocidental, Ortodoxa, Sínica-Confuciana, Japonesa, Africana, Hindu, Islâmica e Latino-Americana. Com exceção das civilizações Africana, Latino-Americana e Islâmica, todas as outras possuem o que Huntington chama de “Estado-núcleo”: um país que seja o símbolo maior da civilização a qual pertence e uma espécie de líder desta. Assim, os Estados Unidos são o Estado-núcleo da civilização ocidental, a China da sínica-confuciana, o Japão da japonesa, a Rússia da ortodoxa e a Índia da hindu. Nesta linha de natureza dos países membros de uma civilização há, também, o chamado “Estado-membro”, cuja natureza absorve de forma plena os valores da civilização a qual pertence (um exemplo, na civilização ocidental, seria a França); e o “país solitário”, cuja realidade é de isolamento em relação à civilização a que pertence: ele é extremamente diferente do resto. Exemplo claro disso é o Haiti para a América Latina, na percepção de Huntington (Ibidem, p. 50-4; 166-9).

A ordem internacional do mundo atual, desta forma, deve ser moldada a partir deste modelo multicivilizacional, resalta o autor. Ela assim sendo será a melhor garantia de paz nestes

novos tempos, já que as civilizações diferentes tendem a se chocar. Como bem diz Huntington, toda a civilização tende a visualizar um mundo onde ela é o centro e por isso sua história sempre é escrita de acordo com esta percepção. Huntington chega, inclusive, a desenhar uma perspectiva futura na qual os choques ocorrerão provavelmente por arrogância do Ocidente quanto ao tratamento doutras civilizações, intolerância islâmica e pela postura afirmativa sínica sobretudo na Ásia. Contudo, a maior importância reside em nível macro, e nesta perspectiva o Ocidente é grande ator dos choques, geralmente se postando em conflitos contra o resto das civilizações. Apesar de ainda ser a civilização mais forte, o Ocidente está em declínio e tende a perder cada vez mais espaço, se nada for feito, para as civilizações islâmica e sínica-confuciana, que se negam a aceitar a expansão ocidental e assim acabam por se autoafirmar (Ibidem, p. 20; 39; 63; 227-9; 410).

Apesar de interessante, a perspectiva civilizacional de Huntington levanta questionamentos. Ainda que admita a existência de Estados-nações e suas políticas de interesses, relega-las a segundo plano em detrimento de afinidades civilizações é problemático. Tanto na década de noventa (época de publicação de “Choque de Civilizações”) quanto hoje, os Estados ainda se guiam, majoritariamente, por interesses próprios e é complicado acreditar que a cooperação entre eles seguirá, geralmente, um plano civilizacional.

Obviamente, a política de aliados pode até seguir tais laços de afinidade e proximidade cultural, porém isto é muito menos regra do que Huntington tenta expor. Se levarmos em conta o construto levantado por Huntington, os Estados Unidos, na Guerra da Bósnia, jamais teria se aliado à Bósnia, como o próprio autor relembra. Por mais que tente justificar que esta manobra norte-americana fosse, na verdade, uma projeção futura de influência Ocidental no seio dos Balcãs, esta explicação é insuficiente e o próprio Huntington admite uma grande dúvida a respeito (Ibidem, p. 368-371).

Supondo que talvez esta tenha sido a causa do apoio norte-americana à Bósnia, tal manobra, por mais que assuma um plano civilizacional, ainda é, em si, um reflexo claro da política de interesses de cada país: os norte-americanos apoiaram a Bósnia porque tinham seus respectivos interesses na região. Além disso, se seguíssemos cruamente o modelo proposto por Huntington, não haveria aliança alguma entre ocidentais, russos e árabes para conter o Estado Islâmico, já que se tratam de três civilizações divergentes em discussão. Porém, os russos têm seus respectivos interesses que justificam combater o EI, ocidentais e árabes, idem. As naturezas dos interesses podem divergir, mas continuam guiando o sistema internacional.

Ainda mais precisamente quanto à civilização ocidental, nutre-se uma especial rivalidade com a islâmica, relembra Huntington, explicada por um longo traçado histórico e por divergências culturais e morais significativas que determinam as posições de cada lado. Desta maneira, o autor acredita que em situações específicas a questão civilizacional entre os dois lados se acirra, e a civilização islâmica, se preciso, sempre tenderá a se congregar em união contra um inimigo ocidental, apesar das divergências internas marcantes. O autor chega a citar como a Guerra do Golfo como um grande exemplo disso, uma vez que Saddam Hussein em pouco tempo passou de nacionalista secular árabe para uma espécie de “líder” da civilização árabe aos olhos muçulmanos, por começar a travar uma guerra particular contra o Ocidente (Ibidem, p. 262-5; 317).

Transportando tal lógica para o caso do Estado Islâmico e sua luta particular contra o Ocidente, há possibilidades grandes de refutá-la. Supondo que o EI esteja travando uma guerra civilizacional contra o Ocidente, a lógica seria que, de acordo com Huntington, ele fosse apoiado maciçamente pela comunidade árabe no mundo. No entanto, como sabemos, não é bem isto que tem acontecido.

Por conta de sua atuação extremista e violenta ao longo dos anos, o EI acumulou muitos inimigos, principalmente dentro do próprio Islã. Xiitas sempre foram um alvo declarado de retaliações do grupo e não fazem parte da *ummah* prevista por este. Além disso, o EI acumula, também, inimigos sunitas que vão desde milícias locais até grupos jihadistas armados. O apoio que resta da comunidade islâmica ao EI provém de doações de empresários sunitas, em geral sauditas, e de pequenos grupos jihadistas sunitas extremistas. No fim das contas, o EI está mais sozinho nesta guerra do que acompanhado, e mesmo que lhe fosse oferecido, jamais se aliaria aos xiitas. É difícil acreditar, portanto, que neste esboço a comunidade islâmica se uniria em peso ao EI contra o Ocidente, e o que tem acontecido é justamente o oposto. Os Estados árabes se aliaram, majoritariamente, ao Ocidente e a pesada maioria de grupos islâmicos, que não comunga do radicalismo do EI, está contra o ele. Portanto, neste quadro, os interesses de cada um, e, sobretudo, a história e a ideologia estão acima do quesito civilizacional. Como bem observa o próprio Huntington, existe uma diversa divisão cultural dentro do Islã e é possível que haja fraturas dentro de uma civilização específica (Ibidem, p. 51; p. 310-1).

Contudo, esta questão de rivalidade entre ocidentais e islâmicos pode suscitar a compreensão de um elemento importante: o ressentimento. Trabalhado mais profundamente por Ferro

(2009), o ressentimento tem papel central na busca pelo Califado por parte do EI e é um ator significativo na história humana; sendo, por vezes, protagonista e decisivo. Em sua origem, explica Ferro, há sempre um trauma, uma ferida: pode ser uma humilhação ou violência sofrida no passado, cujo receptor, no momento, encontrava-se impotente de reação. Esta ferida mantém-se em no seu imaginário até momento de possibilidade de revide, e, por vezes, quando explode pode resultar em revolta. Revoluções, explica Ferro, são bons exemplos de ressentimentos que explodiram. Do ponto de vista da vítima, o ressentimento pode gerar agregação comunitária e afirmação dos valores originais desta mesma comunidade, geralmente desqualificando os do opressor. Vale lembrar que a humilhação ou a violência sofrida são um exemplo de trauma e não necessariamente uma característica básica dos ressentimentos e, justamente por sua volatilidade (podendo ocorrer em qualquer local ou região), o ressentimento é apátrida (FERRO, 2009, p. 14; 113; 195).

Ferro também se atenta ao “complexo de inferioridade” em relação ao opressor por parte dos povos ressentidos, e que o ressentimento nutre, em sua raiz, uma inveja dos opressores. É bem necessário ressaltar que o autor acredita que tal complexo ocorra de maneira geral, não sendo, portanto, uma regra (FERRO, 2009, p. 17; 190-5).

Contudo, é problemática a percepção de que a inveja é uma raiz do ressentimento, sendo esta muito mais um ponto fora da curva do que algo constantemente observável neste. Diante dos próprios acontecimentos históricos geradores por ressentimentos elencados por Ferro, ao redor do mundo, o que aparenta ocorrer, nos casos de dominação, é muito mais um ódio ao opressor e uma luta de afirmação identitária -por vezes emancipacionista- do que um processo de inveja. É justamente a repulsa aos valores do opressor que move a grande parte dos ressentimentos, como bem lembra Ferro. Se a inveja é ou não uma raiz do ressentimento, isto é um fato muito difícil –e perigoso- de ser concluído.

Por fim, o ressentimento é um sentimento, finaliza Ferro, que não para de se acumular. A constante rememoração do passado faz o ressentimento se retroalimentar, o que de certa forma faz com que não se coloque um fim na questão. Por vezes, o ressentimento não é nem acompanhado por uma reivindicação, existindo apenas por existir, noutras palavras. Nos casos em que houve uma reivindicação e esta foi atendida, lembra Ferro, não necessariamente o ressentimento se extinguiu ou ao menos se apaziguou, de modo, portanto, que a compensação da ferida não necessariamente a fecha. Ele, todavia, pode se amenizar, dependendo de suas motivações e natureza, mas é como se continuasse ainda assim a existir, escondido ou

esquecido, apenas esperando uma oportunidade para se refortalecer. Como bem explica Ferro, mesmo com as diversas afirmações identitárias que rechearam o século XX, processo que aparenta sanar o ressentimento, sua existência não foi realmente abalada (FERRO, 2009, p. 08-14; 191-6).

Greenfeld (1998) é outra autora que relembra a questão do ressentimento. Segundo ela, o ressentimento é um estado psicológico resultante de sentimentos de inveja e ódio suprimidos, aliados à impossibilidade de satisfação de tais sentimentos. Na mesma linha de Ferro, Greenfeld também trabalha com a percepção que o ressentimento geralmente conduz à chamada “transavaliação de valores”, nada mais que a tentativa do sujeito do ressentimento de denegrir os valores originais supremos (seja do agressor ou objeto de inveja), atribuindo-lhes conotação negativa e valorizando os seus próprios. Assim sendo, a autora afirma que a “transparência” é sempre algo extremamente evidente nas ideologias do ressentimento, uma vez que através de seus valores próprios pode-se sempre ver aqueles que ela repele (GREENFELD, 1998, p. 25-7; 476).

Assim, a importância do ressentimento reside no fato que, por vezes, este é importado por grupos organizados e nacionalistas que moldam a nação, repetindo a questão de fortalecimento dos valores locais e de repulsa aos “originais” superiores. A construção de uma identidade nacional, se guiada por ressentimentos, segue, portanto, esta mesma lógica. Uma nação assim pautada neste nacionalismo coletivista é mais propensa ao ressentimento e, justamente por isso, pode possuir uma natureza mais agressiva, por ser mais fácil mobilizar seus membros do que no caso duma nação individualista (GREENFELD, 1998, p. 476).

Reside, portanto, no que tange ao EI, um ressentimento não só quanto aos valores e imperialismo ocidental no Oriente Médio, mas, sobretudo, em relação à expulsão dos mouros da Espanha, em 1492. O próprio grupo já declarou direito de posse das terras espanholas, numa clara demonstração de ressentimento. Inclusive, muitas declarações de movimentos fundamentalistas islâmicos rememoram tal questão do Califado Islâmico na Espanha, como, por exemplo, a de Ayman al-Zawahiri, um dia depois dos ataques ao World Trade Center. No caso das sociedades do Islã, lembra Ferro, o ressentimento é ainda mais profundo porque há um sentimento significativo de humilhação, já que os muçulmanos dominaram os ocidentais muito antes de serem colonizados por estes (FERRO, 2009, p. 07; 179-183). Contudo, é provavelmente mais adequado atribuir este sentimento de “dominação-submissão” aos

grupos radicais e fundamentalistas islâmicos do que às sociedades do Islã no geral, como parece atribuir Ferro.

Deixando um pouco de lado a ideia de civilização, e aproveitando os ganchos entre ressentimento e nação que faz Greenfeld, é interessante relembrar os estudos de Benedict Anderson em seu seminal trabalho “Comunidades Imaginadas”, podendo estes ser significativos para a melhor percepção da natureza do EI. Primeiramente, é necessário entender que, segundo Anderson, a nação assume contornos mais abstratos, necessitando que, para que esta exista, seus membros partilhem de um mútuo sentimento de fraternidade. Deste modo, a nação é, nas palavras do autor, uma “comunidade imaginada”, justamente porque todos os seus membros, por menor que esta seja, jamais hão de se encontrar, mas mesmo assim nutrem uma ideia de comunhão entre si. Assim, a nação assume contornos de autoreconhecimento recíproco, mas possui limites e soberania, que a fazem impassível de ter “o tamanho de toda humanidade” mas ser, ao mesmo tempo, soberana dentro de seus próprios limites (ANDERSON, 2015, p. 32-5).

Justamente este esquema de “camaradagem horizontal” (palavras de Anderson) que leva muitas pessoas a matar e a morrer em prol da nação, atitudes tais que impressionam o autor e o fazem correr atrás do porque que uma ideia tão recente quanto a de nação pode provocar tamanhos sacrifícios em seu nome. As nações, ainda vale ressaltar, necessitam da difusão de um ideal aglutinador entre seus membros, para além da camaradagem em si (Ibidem, p. 35).

Desta maneira, Anderson bem lembra que as nações, ao contrário dos Estados-nacionais, não possuem uma data de origem, elas sempre remetem a passados imemoriais, que ajudam a consolidar um ideal em torno de uma nação do presente, mas que há de caminhar rumo a futuro ilimitado. As nações acabaram por se originar após o império das comunidades religiosas, época em que o latim imperava como língua dominante, e dos reinos dinásticos, período tal onde as nacionalidades eram extremamente fluidas por conta da questão da hereditariedade dos monarcas que ocupavam o poder central os diversos reinos europeus. Contudo, o que fez realmente florescer as ideias de nações e nacionalismos está diretamente relacionado à progressão dos escritos em língua vernácula em diversos países europeus, que aliado ao capitalismo de imprensa, atingiu uma expansão ímpar, possibilitando o florescimento de localismos e posteriores nacionalismos (Ibidem, p. 39-47; 69).

Mas deve haver, todavia, algum elemento que aglutine, que seja uma espécie de “cola comunitária” para as nações. Além dos símbolos nacionais, dotados de sua grande

importância agregadora (como um hino nacional), Anderson cita a língua comum dos membros da nação como a grande chave das comunidades imaginadas, sendo esta o principal elo de união dos membros da nação, já que é, na verdade, a própria geradora das comunidades imaginadas. A língua, portanto, é a ponta que fomenta a própria ideia de comunhão e fraternidade recíprocas tão importantes para as comunidades imaginadas (Ibidem, p. 189-215).

Em um espectro oposto ao Anderson dentro da discussão sobre nação está Ernest Gellner. Gellner, membro proeminente da corrente “moderna” de teoria nacionalista, volta seus olhos para a questão da “engenharia” da nação: a nação é uma criação, fruto do esforço do nacionalismo, em algum lugar onde esta, antes, inexistia. Assim, nas próprias palavras de Gellner, “o nacionalismo não é o despertar das nações à autoconsciência; ele inventa nações onde elas não existem” (GELLNER, 1964, p. 169).

Formado na transição (especialmente no estágio do “irredentismo”) da dita sociedade “agro-letrada”, onde imperavam relações hierárquicas de poder e culturas amplamente dispersas, para a “industrial avançada”, de natureza oposta da primeira e propensa ao nacionalismo, o nacionalismo torna-se um modelo requerido pela nova sociedade industrializada e urbanizada (GELLNER, 1993, p.119-133).

As novas elites políticas formadas sobre os territórios destas sociedades, aliada à progressiva solidificação de uma burocracia nacional, perceberam que tais localidades necessitavam de um construto ideológico, cultural e lingual comuns, e o nacionalismo encaixou-se como uma luva para resolução deste problema. Naturalmente agregando estes três fatores, era o ator ideal para esta situação. Assim, como bem resumiu Nascimento (2003), “o processo de formação nacional é acelerado pela introdução de um sistema educacional de massas e um código cultural popular disseminado pelos meios de comunicação. Todo esse trabalho de engenharia social é necessário [...]” (NASCIMENTO, 2003, p. 36). Justamente assim, constrói-se a nação, na perspectiva de Gellner, e se denota, claramente, o caráter de criação de algo onde antes inexistia (GELLNER, 1964, p. 169).

A associação destes conceitos de nação lembrados por Anderson e Gellner, juntamente com a ideia de civilização proposta por Huntington, ajudam a compor uma essência do projeto de poder do Estado Islâmico, que, por sua vez, agrega algumas percepções de cada um destes autores e não uma somente. Assim sendo, a dúvida proposta por este estudo pode ser finalmente respondida, fato presente em suas considerações finais.

4. Conclusão

Diante de um grupo que assume muitas facetas e características, é difícil enquadrar o Estado Islâmico em apenas uma teoria nacionalista ou civilizacional. A maior dificuldade interpretativa quanto à natureza do grupo reside diretamente em sua essência religiosa, que pode, por vezes, mascarar quesitos nítidos de uma construção nacional. De todo modo, em parte, o EI segue uma intenção civilizacional, querendo levar sua ideia de sociedade e seu Califado para o máximo de localidades que puder. Se por um lado Anderson acredita que não possa existir nação do tamanho da humanidade, para o EI isto não é considerável: a questão do ressentimento quanto ao fim do Califado espanhol, por exemplo, denota que o grupo não visa parar onde está.

Ele parece reunir vários quesitos que possam enquadrá-lo como um projeto civilizacional islâmico: é uma comunidade guiada por uma religião, uma língua matriz, e não parece se identificar com uma nacionalidade específica: são todos islâmicos. Contudo, a dificuldade reside justamente nisto, porque caso fosse um projeto civilizacional, o EI teria de minimamente propagar a junção dos povos islâmicos, o que não acontece: xiitas são claramente excluídos deste processo. Parece ser, portanto, não uma civilização islâmica, e sim, sunita. Seu radicalismo e sua natureza agressiva repelem um senso civilizacional, e no seu caso, a religião, princípio primeiro do grupo, parece muito mais desunir do que unir, e isto vai contra toda a percepção de Huntington.

Por mais indicativo que seja interpretá-lo como um projeto civilizacional, aos moldes de Huntington, justamente pela centralidade do Islã em seu cerne, o EI parece enquadrar-se muito mais a um projeto nacional, mas assumindo, aqui e ali, alguma tintura civilizacional. Ora, seus membros constantemente rememoram o passado do Islã glorioso, a existência antiga do Califado, como se, destarte, o seu autoproclamado Califado fosse apenas uma volta deste passado. Assim, vemos mais nitidamente a questão trabalhada por Anderson quanto ao passado imemorial da nação, mas não só isso, a importância dos símbolos nacionais, propalados pelo grupo. Por mais que a bandeira ou a moeda do Califado vinculem-se diretamente à questão religiosa, elas ainda assim são símbolos nacionais, e revelam, obscuramente, um projeto nacional através de um radicalismo religioso. Além do que, o grupo não cessa em procurar uma mínima consistência social interna, assim como uma empatia por parte da população dominada.

Parece haver, portanto, um processo de imaginação nacional, bem aos moldes previstos por Anderson, porém ainda demasiado incipiente para que cidadãos do Califado sintam uma empatia entre si. A ideia de fraternidade mútua entre os membros da nação é necessária para o projeto de poder do grupo. Contudo, por trás disto tudo, nota-se claramente a engenharia nacional prevista por Gellner, e os “engenheiros do Califado” buscam, assim, criar uma nação onde ela não existe. Porém, o motor disto não seria o nacionalismo e sim, a religião. Portanto, do ponto de vista de construção nacional e de uma identidade nacional, o Califado do EI parece respeitar muitos quesitos deste processo, mesmo que de forma obscura.

Contudo, justamente pelo fato da religião ser o seu lócus, o Califado é mais uma comunidade religiosa do que nacional, e o próprio EI não o declara como nação. Além do mais, seus cidadãos devem se vincular ao islamismo, e a fraternidade não deve ser provocada por quesitos nacionais e sim religiosos. Ademais, um cidadão do Califado continua sentindo-se minimamente sírio ou iraquiano, mas, sobretudo, um muçulmano. Mas vale lembrar, contudo, que para o Islã política e religião não se separam, e a figura do califa é justamente a junção destas duas atividades. Assim, mesmo sem querer, volta-se a questão civilizacional de Huntington.

Portanto, o que se conclui realmente é que o EI parece ser a volta das comunidades religiosas, lembradas por Anderson, porém enquadrada ao século XXI. Por mais dicotômico que isto seja, o Califado não pode mais ser o mesmo dos séculos atrás, é necessária modernização de seus conceitos para que seu propósito final seja realmente alcançado. Assim, o projeto do Estado Islâmico é, sobretudo, religioso, talvez até vagamente civilizacional -com muitos asteriscos, é verdade-, mas ancorado numa genuína engenharia nacional para que este possa ser possível. Assim, a comunidade religiosa do EI subverte conceitos e valores característicos, agrega alguns ideais de civilização e outros nacionais. Contudo, até que ponto esta é uma comunidade realmente religiosa? Uma coisa é certa, a bandeira do Califado não é islâmica, é sunita, e isso é o maior complicador para suas aspirações de poder.

5. Referências Bibliográficas

AARÃO REIS FILHO, D.. A ascensão e o declínio do fundamentalismo islâmico. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p. 03 - 03, 01 abr. 2000.

ABU-TARBUSH, José; Palestina: El fin de la hegemonia de Fatah. Universidad de La Laguna. *Historia Contemporánea* 32, 2006, 73-102

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo; tradução: Denise Bottman, 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo, SP: Companhia das Letras. 2001

ARMSTRONG, Karen. O Islã. Rio de Janeiro:Objetiva, 2001.

ASSAR, R. A. S. A. . A Irmandade Muçulmana: Nação sob csomo islâmico. 2013. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

BARATA, Maria João. *A oposição sunismo/xiismo enquanto fonte de tensão e conflito no Médio Oriente contemporâneo*. Ensaio para o Seminário de Geopolítica da Paz e dos Conflitos Programa de Doutorado de Política Internacional e Resolução de Conflitos. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, Julho de 2007.

CALFAT, Natalia Nahas. O Estado Islâmico do Iraque e do Levante: Fundamentos Políticos À Violência Política. *Rev. Conj. Aust.*; Porto Alegre, v.6, n.31, p.6-20. Ago./set. 2015.

DAMIN, Cláudio Júnior.. Surgimento e trajetória do Estado Islâmico. *Meridiano 47 (UnB)*, v. 16, p. 26-33, 2015

EL-AWAISI, Abd al-Fattah. The Muslim Brothers and the Palestine question 1928-1947. London: I.B. Tauris, 1998.

FERRO, Marc. O ressentimento na história. Tradução: André Telles. Ed. Agir, Rio de Janeiro, 2009

GELLNER, Ernest. *Thought and Change*. London, Weindenfeld & Nicholson, 1964

GELLNER, Ernest. *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*, 1997. Um mapa da questão nacional. Organização: Gopal Balakrishnan; introdução: Benedict Anderson; Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GREENFELD, Liah. Nacionalismo: Cinco Caminhos para a Modernidade. Tradução: João Anapaz Álvares. Sintra: Publicações Europa-América, Lda, 1998.

HUNTINGTON, Samuel. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Tradução: M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

KATZMAN, Kenneth. *Afghanistan Post-Taliban Governance, Security and U.S Policy*. Congressional Research Service. EUA, 2013

LACROIX, Stephane, Al-Albani's Revolutionary Approach to Hadith. Leiden University's ISIM Review, Spring 2008, #21.

LIMA, Jair Araújo de, Fundamentalismo: um debate introdutório sobre as conceituações do fenômeno. Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 12, n.1, p. 90-104, jan./jun. 2011.

MILMAN, Luis.. Origem dos movimentos islâmicos revolucionários. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. 35, 2004.

MUÑOZ, Gema Martín. *Iraque – Um fracasso do Ocidente*. Porto: Ambar. 2005

NAPOLEONI, Loretta. A Fênix Islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Tradução: Milton Chaves de Almeida – 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

NASCIMENTO, Paulo César. Dilemas do Nacionalismo. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 56, p. 33-53, 2003

NAVARRO, José María Blanco. Hezbollah: El partido de Dios. Documento de Investigación del Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE). 2015

NÓBREGA, Carla. Al-Qaeda: Análise Estratégica da Maior Organização Terrorista do Século XXI, 86 p. Dissertação (Mestrado em Estratégia) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa. 2013

NUNES, André Figueiredo. Estado Islâmico: Restauração do califado e instabilidade no Oriente médio Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, v.4, n.7, jan-junho 2015

PACE, E.; STEFANI, P. Fundamentalismo religioso contemporâneo. São Paulo: Paulus, 2002, p. 20-21

PALADINI, Rafaela Tamer. A Nigéria e o Boko Haram. Série Conflitos Internacionais, V. 01, Nº 05, outubro de 2014.

PANASIEWICZ, Roberto. Fundamentalismo Religioso: história e presença no cristianismo. In: X Simpósio da Associação Brasileira da História das Religiões: Migrações e Imigrações das Religiões, 2008, Assis. X Simpósio da Associação Brasileira da História das Religiões: Migrações e Imigrações das Religiões, 2008.

PASSIA (Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs). Fatah and Hamas and The Issue of Conciliation. Jerusalem. 2013

PIERUCCI, Antônio Flávio. Estado laico, fundamentalismo e a busca da verdade. In: BATISTA, Carla; MAIA, Sonia (Org.). Estado laico e liberdades democráticas. Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2006.p, 06

PINTO, Maria do Céu Ferreira. O Fundamentalismo Islâmico. Nação e Defesa.1996

PIRES, G. L. . A Irmandade Muçulmana na Síria. *Conjuntura Austral* , v. 4, p. 24-34, 2013.

PROCÓPIO FILHO, Argemiro. Terrorismo e Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 02, n.02, p. 62-80, 2001.

RODRIGUES, José Manuel Rosendo. Ascensão e queda da Irmandade Muçulmana no Egito: de 11 de Fevereiro de 2011 a 14 de Agosto de 2013; orientado por José Francisco Lynce Zagalo Pavia. - Lisboa : [s.n.], 2014. - Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa.

SELA, Avraham. "Terrorism." *The Continuum Political Encyclopedia of the Middle East*. Ed. Avraham Sela. New York: Continuum, 2002. pp. 822–836.

SMAILI, SORAYA S.. Migrantes, pós-colonialismo e fundamentalismo: enlaces entre Oriente e Ocidente e a questão do Islã. *Psicologia USP (Online)*, v. 26, p. 145-151, 2015.

TEIXEIRA, F. L. C.. O pluralismo religioso e a ameaça fundamentalista. *Numem (UFJF)*, v. 10, p. 09-24, 2007.

TEIXEIRA DA SILVA, F.C , Elsevier, 2004, Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo Editora: Campus – Grupo Elsevier; Rio de Janeiro. Orgs: Francisco Carlos Teixeira da Silva, Sabrina Medeiros, Alexander Martins Viana.

USARSKI, Frank. Estado Islâmico: muito além do “grande terror” (Entrevista a Rodrigo Wolff Apolloni). *REVER* , Ano 15, Nº 02, Jul/Dez 2015

WAINBERG, Jacques A. . A narrativa utópica contemporânea: O califado, o martírio e a violência política. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. e53-e66, set.-dez. 2014

WALKER, Andrew. What Is Boko Haram? *Special Report 308*. Washington: United States Institute of Peace, 2012, p. 7, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.usip.org/sites/default/files/SR308.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: WEBER, Max. *Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. p. 53-124.

WELLAUSEN, S. S. . Terrorismo e os atentados de 11 de setembro. *Tempo Social (USP. Impresso)* , São Paulo, v. 14, n.2, p. 83-112, 2002.

ZAVERUCHA, Jorge. Armadilha em Gaza - Fundamentalismo islâmico e guerra de propaganda contra Israel. São Paulo: Geração Editorial. 2011

France Presse. Estado Islâmico perde 12% de seu território na Síria e no Iraque em 2016. *O GLOBO*, 10 jul. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/07/estado-islamico-perde-12-de-seu-territorio-na-siria-e-no-iraque-em-2016.html> Acesso em: 24/11/2016.

France Presse Estado Islâmico recua ante dupla ofensiva em Raqqa e Mossul. O GLOBO, 07 nov. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/11/estado-islamico-recua-ante-dupla-ofensiva-em-raqqa-e-mossul.html>. Acesso em: 24/11/ 2016